

www.jornalodiasp.com.br

QUINTA-FEIRA E SEXTA-FEIRA, 20 E 21 DE NOVEMBRO DE 2025

Na 26.033

Preço banca: R\$ 3,50

# Governo chega ao fim de 2025 com colchão de R\$ 24 bi para segurar despesas

Institutos de previdência de estados e municípios têm R\$ 1,8 bi em títulos do Master sem garantias

Leilões de imóveis entram em clima de Black Friday com mais de 1.500 ofertas

#### InvestSP amplia cooperação econômica entre SP e Coreia do Sul

A InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, assinou na terça-feira (17) o Memorando de Entendimento (MOU) com a Korea International Trade Association (KITA), entidade que reúne mais de 70 mil empresas e é reconhecida como uma das principais organizações empresariais da Asia.

O acordo formaliza a ampliação da cooperação econômica, comercial e tecnológica entre São Paulo e Coreia do Sul, fortalecendo o intercâmbio de delegações, a troca de informações estratégicas e a realização de iniciativas conjuntas para atração de investimentos e integração de cadeias produtivas.

Para o presidente da InvestSP, Rui Gomes, o acordo marca um novo estágio da relação entre as partes. "A Coreia é um parceiro estratégico para São Paulo e já demonstra isso com investimentos expressivos em setores de alta tecnologia e grande geração de empregos. Este memorando fortalece um caminho que já está em curso e abre novas oportunidades para que mais empresas coreanas encontrem no estado o ambiente ideal para inovar, crescer e competir globalmente."

Ao longo de sua atuação, a InvestSP já apoiou 12 projetos de oito empresas coreanas, resultando em investimentos e geração de empregos para o Estado de São Paulo.

A assinatura ocorre em um momento de ampliação da presença da Coreia do Sul em São Paulo. Atualmente, mais de 100 empresas sul-coreanas operam no estado. Em 2024, Brasil e Coreia do Sul comemoraram 65 anos de relações diplomáticas.

No comércio exterior, a Coreia segue como um parceiro prioritário do Brasil e, especialmente, de São Paulo, com destaque para as trocas nos setores de semicondutores, automotivo, óleo e gás, eletroeletrônicos, mineração e produtos agrícolas. Além disso, cerca de 90% da comunidade coreana no Brasil, estimada em 50 mil pessoas, vive em São Paulo, contribuindo diretamente para o dinamismo econômico, social e cultural da região. (Governo de SP)

#### DOLAR

Comercial Compra: 5,34 Venda: 5,34

Turismo Compra: 5,35 **Venda: 5,53** 

**EURO** 

Compra: 6,16 Venda:

## Feriado de Consciência Negra deve movimentar R\$ 3,5 bi no estado de São Paulo



O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chega ao fim deste ano com uma espécie de colchão de R\$ 24 bilhões para segurar despesas e permitir o cumprimento da meta fiscal de 2025, por meio de uma trava que impede ministérios de carimbar novos gastos.

O mecanismo funciona como uma "poupança" feita durante o ano, afirma o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães. Chamado de "faseamento", ele restringe a autorização de gastos dos ministérios ao longo do tempo para que o ritmo de execução das despesas seja compatível com a previsão de arrecadação das receitas.

"E um colchão. Apesar de não ter um nome de contigenciamento e nem de bloqueio, o cara lá no sistema dele [ministérios e órgãos] não consegue gastar", diz Guimarães.

O faseamento restringe a fase de empenho dos gastos, ou seja, o momento em que o governo faz a reserva de recursos para quitar o débito no futuro, após a entrega do produto ou serviço. É o primeiro nível de execução do gasto público.

Uma corrida dos ministérios para empenhar os gastos ao longo do ano acabaria dificultando posteriormente uma ação do governo para conter despesas, em caso de necessidade para evitar o estouro da meta de déficit zero em 2025. Página 3

OMS: 840 milhões de mulheres no mundo foram alvo de violência

Página 6

1ª fase da Fuvest acontece no domingo (23), com 111 mil inscritos e mudanças na prova

Zerar déficit de 202 mil vagas em presídios custaria R\$ 14 bilhões

Página 6

## Esporte

## Rubens Barrichello e Scuderia Bandeiras juntos na Stock Car a partir de 2026

A temporada 2026 da Stock Car já nasce histórica para a Scuderia Bandeiras. Em um movimento que promete redefinir o cenário do automobilismo nacional, Rubens Barrichello um dos maiores nomes da história do esporte — passa a integrar a estrutura mais nova, moderna e ousada da categoria.

Com 322 GPs na Fórmula 1. 11 vitórias, 68 pódios e os vicecampeonatos de 2002 e 2004, além dos títulos da Stock Car em 2014 e 2022, Barrichello se junta ao chefe de equipe Christian Fittipaldi, com quem dividiu pistas na F1, e a Átila Abreu, CEO da maiores talentos da categoria.

"A chegada do Rubens é gigante. É a prova viva do nosso compromisso de ser a maior estrutura do automobilismo brasileiro. Sua experiência, sua capacidade de desenvolvimento e sua mentalidade vencedora combinam perfeitamente com o projeto de longo prazo que estamos construindo", destaca Átila Abreu.

'Ter o Rubens conosco é mais um passo para elevar o nível da Stock Car. Ele sempre foi referência dentro e fora das pistas, e agora chega para fortalecer uma estrutura moderna, profissional e preparada para entregar excelên-Scuderia Bandeiras e um dos cia a pilotos, patrocinadores e Rubens Barrichello



fãs", afirma Christian Fittipaldi.

"Estou chegando com muita vontade e energia para somar. Quero acelerar, contribuir em cada detalhe e fazer história junto com a Scuderia Bandeiras. O objetivo é claro: lutar pelo campeonato e ajudar a equipe a crescer ainda mais", diz Barrichello, que soma 20 vitórias, 55 pódios e 13 poles em 271 corridas na Stock Car.

Antes da união oficial, Barrichello e Scuderia Bandeiras seguem seus compromissos na temporada atual, que termina com as etapas de Brasília (29 e 30 de novembro) e Interlagos (13

## Super Final do MOTO1000GP evidencia o papel da Motul na formação de pilotos



**GP** Motul fecha a temporada e reforça a parceria da Motul com o MOTO1000GP

Pelo segundo ano consecutivo, o GP Motul fecha a temporada do MOTO1000GP. Parceira do Campeonato Brasileiro de Motovelocidade desde 2023 e lubrificante oficial da competição, a Motul mantém seu compromisso com o desenvolvimento do motociclismo nacional e reforça sua presença no esporte a motor brasileiro. A Super Final será nos dias 29 e 30 de novembro, no Autódromo Internacional Zilmar Beux, em Cascavel (PR).

Além de dar nome à etapa fi-

nal, a Motul também subsidia a Motul 300V Cup, categoria de formação do MOTO1000GP, que chega ao segundo ano consolidada como um dos destaques da temporada. As corridas tiveram disputas intensas e chegadas definidas por milésimos de segundo, com destaque para a vitória conjunta de pai e filho: Vladimir Correa na 300 Master e Victor Hugo, seu filho, na categoria principal.

"Encerrar a temporada no GP Motul é motivo de satisfação. A Motul é uma parceira estratégica para o MOTO1000GP e tem papel importante no desenvolvimento do motociclismo nacional. Contamos com uma marca presente nos principais campeonatos do mundo, como MotoGP, Mundial de Superbike e, em breve, Fórmula 1, o que reforça a credibilidade

técnica da nossa competição. A

Motul 300V Cup mostra isso na prática, com motos equalizadas, suporte técnico e um lubrificante testado em condições reais de corrida. Agradecemos pela parceria e pela confiança ao longo desses anos, que contribuem diretamente para o avanço do MOTO1000GP no cenário do esporte a motor brasileiro", destaca Gilson Scudeler, CEO do MOTO1000GP.

Com motos equalizadas e acompanhamento técnico da equipe Motul, que realiza as trocas de óleo programadas, a Motul 300V Cup também funciona como campo de testes no Brasil para o lubrificante Motul 300V. A iniciativa reflete o conceito Racing Lab da marca, que utiliza as pistas como seu maior laboratório para aprimorar a performance dos produtos e desenvolver noo MOTO1000GP é um verdadeiro caso de sucesso. Ano após ano, conseguimos explorar novas oportunidades e fortalecer ainda mais essa relação. O campeonato é parte essencial da nossa estratégia nacional e está alinhado à estratégia global da Motul, que traz o motorsport em seu DNA. Mais do que expor a marca no evento, nosso objetivo é ter os produtos sendo testados ao limite, comprovando sua performance. O GP Motul é a coroação dessa parceria. Dar nome a uma etapa demonstra nosso comprometimento com os pilotos, os convidados e com

a excelência do evento", obser-

va Luan Maria, gerente de Co-

municação e Marketing da Mo-

tul Brasil.

vas soluções em tecnologia.

"A parceria entre a Motul e

**PÁGINA 2** 

## Jornal O DIA SP São Paulo

# SP deposita R\$ 514 milhões em ICMS para os municípios paulistas

### Feriado de Consciência Negra deve movimentar R\$3,5 bilhões no estado

O último superferiado de 2025 antes dos festejos de fim de ano, o Dia da Consciência Negra, comemorado nesta quinta-feira (20), deve gerar cerca de R\$ 3,5 bilhões em movimentação financeira para o estado de São Paulo. Os cálculos são do Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET), vinculado à Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (Setur-SP).

A estimativa considera aproximadamente 2,1 milhões de pessoas em circulação pelo estado entre os dias 20 e 23 de novembro. Ainda segundo o CIET, a taxa de ocupação hoteleira no esta-

**CESAR** 

www.jornalistacesarneto.com

Histórias de consciências pretas e pardas : o cantor e vereador

Histórias de consciências pretas e pardas : o prefeito Celso

Histórias de consciências pretas e pardas : cristãos e cristãs

Histórias de consciências pretas e pardas : como nunca houve

Histórias de consciências pretas e pardas : cristãos e cristãs

Histórias de consciências pretas e pardas: no início do Século

Histórias de consciências pretas e pardas : filiados em um dos

Histórias de consciências pretas e pardas : todos os(as)

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na

pretos(as) e pardos(as), cristãos e cristãs que atuam nas Justicas

Eleitorais dos Estados e no Tribunal Superior Eleitoral, têm o po-

der de testemunhar sobre a Justa Justiça de DEUS e do Cristo

atuais 30 partidos, pretos(as) e pardos(as) podem testemunhar

sobre como são tratados nas legendas. Cristãos e cristãs devem

testemunhar sobre DEUS e Cristo não Julgarem pela cor

20 o pardo Nilo Peçanha era vice e assumiu a Presidência. Embora

batizado como católico, sua 'religião' era a Maçonaria. Não teste-

deputados(as) e senadores(as) não argumentam sobre pretos(as)

e pardos(as) serem julgados(as) pela cor. Testemunharam e teste-

um(a) preto(a), ou pardo(a) que tenha sido governador(a) ou vice,

não há o que comentar o que cristãos e cristãs testemunhariam

deputados e deputadas não argumentam sobre pretos(as) e

pardos(as) serem julgados(as) pela cor. Testemunharam e teste-

Pitta [eleito pelo branco Paulo Maluf] não argumentava sobre

pretos(as) e pardos(as) serem julgados(as) pela cor. Como cristão,

testemunhava que DEUS e o Cristo não Julgam pela cor

munham que DEUS e o Cristo não Julgam pela cor

sobre DEUS e o Cristo não Julgarem pela cor

munham que DEUS e o Cristo não Julgam pela cor

munhava sobre a Justa Justiça de DEUS e do Cristo

Agnaldo Timóteo não argumentava sobre pretos(as) e pardos(as)

serem julgados(as) pela cor. Como cristão, testemunháva que DEUS

CÂMARA (São Paulo)

e o Cristo não Julgam pela cor

PREFEITURA (São Paulo)

ASSEMBLEIA (São Paulo)

GOVERNO (São Paulo)

**CONGRESSO (Brasil)** 

PRESIDÊNCIA (Brasil)

PARTIDOS (Brasil)

JUSTIÇAS (Brasil)

do deve ultrapassar 71%, com destaque para os destinos de sol e praia. Sondagens realizadas junto a hotéis das Macrorregiões Turísticas (MRTs) pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado de São Paulo (ABIH-SP) indicam expectativa de ocupação superior a 95% no Litoral Norte.

O calendário de 2025 reservou feriados prolongados no primeiro semestre que, somados, movimentaram financeiramente mais de R\$ 18 bilhões, com cerca de 9 milhões de turistas circulando durante o Carnaval, Páscoa, Dia do Trabalho e Corpus Christi. (Governo de SP)

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) realizou na terça-feira (18), o segundo de quatro repasses de ICMS previstos para novembro aos 645 municípios paulistas. Nesta primeira transferência, as prefeituras receberam R\$ 514,60 milhões, referentes aos valores arrecadados de 10 a 14/ 11, já com desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os municípios já haviam recebido R\$ 1,06 bilhão no primeiro repasse deste mês, realizado no último dia 11, relativo às arrecadações do período de 3 a 7/11. Com os depósitos efetuados hoje, o valor acumulado enviado aos municípios paulistas em novembro sobe para R\$ 1,58 bilhão.

Em dez meses de 2025, as transferências de recursos do ICMS para as prefeituras de todo o Estado já somam R\$ 38,73 bilhões.

#### Repasses de ICMS

Os repasses semanais são feitos sempre até o segundo dia útil de cada semana, conforme prevê a Lei Complementar nº 63, de 11/

#### Agenda Tributária

Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de no regulamento do ICMS. Dependendo do mês, pode haver até cinco datas de repasses. As variações destes depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento e o volume dos recursos arrecadados.

A agenda de pagamentos está concentrada em até cinco períodos diferentes no mês, além de outros recolhimentos diários, como por exemplo, os relativos à liberação das operações com im-

Índice de Participação dos Municípios

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participa-

ção dos Municípios, conforme determina a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertence aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3°).

Os índices de participação dos municípios são apurados anualmente (artigo 3°, da LC 63/ 1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93. (Governo de SP)

## 1<sup>a</sup> fase da Fuvest acontece no domingo (23), com 111 mil inscritos e mudanças na prova

A prova da primeira fase da Fuvest 2026, vestibular para ingresso nos cursos de graduação da USP, acontece no domingo (23). O número de inscritos é de 98.520 candidatos e 12.960 treineiros, estudantes que ainda não concluíram o ensino médio, totalizando 111.480 pessoas.

Para ter uma ideia do desempenho na prova, é possível acompanhar a correção feita pelos professores do curso pré-vestibular MedEnsina, mantido por alunos da Faculdade de Medicina da USP. A previsão é que a transmissão comece às 20 horas, mas o horário pode variar conforme a liberação do gabarito pela Fuvest. Pela Rádio USP, basta acessar a transmissão ao vivo pela internet clicando aqui ou sintonizar em São Paulo a frequência 93,7 FM, e em Ribeirão Preto 107,9 FM. Para conferir a correção pelo YouTube, é possível se inscrever no Canal USP neste link, ativar o ícone do sininho ou o lembrete abaixo do vídeo da live para ser avisado assim que tiver início.

O diretor-executivo da Fuvest, Gustavo Monaco, destaca que os vestibulandos devem ter atenção às mudanças implementadas no vestibular deste ano: as provas compostas de questões que conectam conhecimentos de diferentes áreas: a lista de leituras obrigatórias formada somente por mulheres autoras de língua portuguesa; e a possibilidade de o candidato escolher uma entre duas propostas de redação: a primeira, sempre de natureza dissertativo-argumentativa e a segunda, de natureza narrativa.

Para dar uma ideia de como será a prova, a Fuvest realizou em outubro um simulado presen-



Para a realização da prova, é obrigatória a apresentação de documento de identidade original com foto e a utilização de caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul.

cial, reunindo 7.926 candidatos. Assim como no vestibular oficial, os participantes responderam a 90 questões inéditas de múltipla escolha, estruturadas para refletir as mudanças recentes no Programa do Vestibular, agora mais interdisciplinar, com perguntas que articulam diferentes áreas do conhecimento e reforçam a cobrança direta de filosofia, sociologia, artes e educação física. Os simulados e gabaritos estão disponíveis para consulta on-line nestes links: Simulado – Prova S1, Simulado – Prova S2, Simulado – Prova S3 Simulado - Prova S4 e Simulado – Gabarito.

#### O que levar na prova

Para a realização da prova, é obrigatória a apresentação de documento de identidade original com foto e a utilização de caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul. Itens como lápis, lapiseira, borracha, apontador e régua transparente. Garrafa de água e alimentos leves também são permitidos.

Os candidatos estão proibi-

dos de utilizar ou manipular, em qualquer área do prédio, aparelhos celulares ou qualquer outro tipo de equipamento. Os relógios não poderão ser usados em hipótese nenhuma. A Fuvest informará aos candidatos o tempo restante para o final do exame. A prova terá 90 questões de

múltipla escolha distribuídas entre as disciplinas de Arte, Educação Física, Inglês, Português, Matemática, Física, Química, Biologia, História, Geografía, Filosofia e Sociologia (algumas interdisciplinares). A Fuvest recomenda alguns

idados para se preparar para a prova, já que o período costuma trazer ansiedade, expectativas e muita coisa acontecendo ao mesmo tempo. Cuidar do sono: a recomen-

dação é diminuir estímulos antes de dormir, com menos telas, ambiente mais escuro e sons suaves. Práticas de respiração e meditação podem ajudar a acalmar a mente.

Evitar mudanças bruscas na rotina: evitar atividades que sejam fora do habitual ou fazer alterações radicais na alimentação Reservar tempo para lazer: tentar ter momentos de descanso, estar com pessoas queridas, praticar um hobby ou fazer algo

Evitar comparações: valorizar a própria trajetória, acreditando que deu o melhor dentro da realidade que viveu.

que tire o foco da prova.

Na seleção pelo vestibular 2026, são oferecidas pela USP 8.147 vagas, das quais 4.888 são reservadas para candidatos na modalidade Ampla Concorrência; 2.053 vagas para candidatos egressos da escola pública (EP); e 1.206 para pessoas egressas de escolas públicas autodeclaradas negras, de cor preta ou parda e indígenas (EP/PPI).

A relação candidato/vaga do Vestibular 2026 revela que as carreiras da área da saúde seguem entre as mais desejadas pelos vestibulandos. Medicina continua sendo o curso mais concorrido, com 90,7 candidatos por vaga, mantendo uma larga vantagem em relação às demais opções. A relação completa está disponível neste link.

#### Sobre o MedEnsina

O MedEnsina, que fará a correção da prova de domingo pela Rádio USP e pelo Canal USP, é um curso pré-vestibular gratuito, criado em 2002 pelos alunos da Faculdade de Medicina da USP com a ajuda do professor titular Paulo Saldiva. Confira o site (www.medensina.com) e siga o cursinho no Facebook ou Instagram.

Para saber mais sobre o vestibular da Fuvest, acesse www.fuvest.br/vestibular-da-usp (Governo de SP)

## Governo investe R\$ 253 milhões em desassoreamento de rios em 160 cidades para melhorar resiliência hídrica no estado

O Governo de São Paulo investiu R\$ 253 milhões em desassoreamento de rios em 160 cidades de todas as regiões do estado, fortalecendo a resiliência hídrica na região com a retirada de 3,969 milhões de m³ de sedimentos.

As melhorias foram realizadas através do programa Rios Vivos, da SP Águas, agência de águas de São Paulo, ligada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo. O programa opera em conjunto com as prefeituras, que aderem à iniciativa e ficam responsáveis pelo licenciamento ambiental, destino dos resíduos e manutenção das áreas recuperadas.

"O Programa Rios Vivos reforça o compromisso do Estado com a gestão responsável dos nossos recursos naturais", disse a diretora-presidente da SP Águas, Camila Viana. "O desassoreamento é uma etapa funda-

mental para ampliar a capacidade de vazão dos rios, reduzir riscos de enchentes e garantir maior segurança hídrica para a população. Cada trecho recuperado fortalece a resiliência dos nossos sistemas hídricos e prepara o Estado para enfrentar períodos de estiagem e eventos climáticos extremos."

O desassoreamento é uma das principais medidas de enfrentamento à escassez hídrica. Nos rios, ele aumenta a capacidade de escoamento da água, favorecendo o recebimento das contribuições dos mananciais. Nos reservatórios de abastecimento público, amplia o volume útil de armazenamento, garantindo mais água disponível para os períodos de estiagem.

Assim, o desassoreamento reforça a disponibilidade hídrica e a segurança do abastecimento da população, sendo um eixo central das ações do Governo do



O desassoreamento é uma das principais medidas de enfrentamento à escassez hídrica

Estado e da SP Águas no combate à crise hídrica.

O programa Rios Vivos atua em diversas regiões do Estado, promovendo ações de desassoreamento, limpeza e recuperação dos cursos d'água. Além disso, o programa melhora a fluidez e o

águas, restaura as condições naturais da biodiversidade aquática, recupera o curso normal dos rios e aumenta a disponibilidade de água para irrigação em áreas agrícolas impactadas pelo assoreamento. (Governo de SP)

escoamento superficial das

## imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referên-

cia das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - 'Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos' Provérbios 16:3

### Jornal

Administração e Redação

Rua Carlos Comenale, 263 3° andar - Bela Vista - SP CEP: 01332-030 Filial: Curitiba / PR

S. Paulo Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822 Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50

#### Agências de notícias

Agência Brasil - EBC Notícias Agricolas Folhapress

Governo de São Paulo Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

# Aneel mantém bandeira vermelha 1 na conta de luz em novembro

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou na última sexta-feira (31/10) a manutenção da bandeira vermelha patamar 1 irá vigorar no mês de novembro. Isso significa que as contas de energia elétrica terão adicional de R\$ 4,46 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Em agosto e setembro, a Aneel havia acionado a bandeira vermelha patamar 2, com adicional de R\$ 7,87 por 100 kWh. Em outubro, a bandeira foi reduzida para o patamar 1.

De acordo com a Aneel, a medida foi adotada por causa do baixo volume de chuvas, afetando o nível dos reservatórios para a geração de energia nas usinas hidrelétricas.

'O cenário segue desfavorável para a geração hidrelétrica,



devido ao volume de chuvas abaixo da média e à redução nos níveis dos reservatórios. Dessa forma, para garantir o fornecimento de energia é necessário acionar usinas termelétricas, que têm custo mais elevado, justificando a manutenção da bandeira ver-

melha patamar 1", informou a agência.

A agência reguladora de energia elétrica acrescentou "que a fonte solar de geração é intermitente e não injeta energia para o sistema o dia inteiro". "Por essa razão, é necessário o acionamento das termelétricas para garantir a geração de energia quando não há iluminação solar, inclusive no horário de ponta", acrescentou.

#### Custos extras

Criado em 2015 pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias reflete os custos variáveis da geração de energia elétrica. Divididas em cores, as bandeiras indicam quanto está custando para o Sistema Interligado Nacional (SIN) gerar a energia usada nas residências, em estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras vermelha ou amarela, a conta sofre acréscimos a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. (Agência Brasil)

> A empresa detém 17 concessões no Brasil e três em outros países da região, com movimento anual de cerca de 45

A Motiva, ex-CCR, anunciou

A compradora, a mexicana

ao público a venda de seus ne-

gócios no ramo aeroportuário.

Aeropuerto de Cancún, S.A. de

C.V., uma subsidiária do Grupo

Aeroportuario del Sureste,

S.A.B. de C.V. (ASUR), foi a

compradora, que pagou R\$ 11,5

foram em patrimônio líquido

(equity) pelas participações

acionárias da Companhia nos

ativos aeroportuários, e R\$ 6,5

bilhões em dívidas líquidas, que

é a participação da empresa na

CPC Holding, onde estão con-

centradas suas cotas de parti-

cipação nos 20 aeroportos dos

quais é concessionária.

Desse total, R\$ 5 bilhões

bilhões pelo negócio.

milhões de passageiros e mais de 200 rotas regulares.

Entre os aeroportos que foram repassados estão os de Curitiba, Belo Horizonte e Goiânia. Segundo a companhia esta era a maior transação aeroportuária em curso no mundo no momento e atraiu mais de 20 grupos europeus, latino-americanos e asiáticos.

A previsão é de que a conclusão do processo aconteça em 2026, após a aprovação pelo poder concedente e pelos órgãos de defesa da concorrência.

"Até o fechamento, a Motiva seguirá tocando a operação, mantendo o quadro atual de colaboradores e assegurando o cumprimento integral dos contratos vigentes e investimentos previstos", informou a empresa, em nota. (Agência Brasil)

## Governo Lula chega ao fim de 2025 com colchão de R\$ 24 bi para segurar despesas

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chega ao fim deste ano com uma espécie de colchão de R\$ 24 bilhões para segurar despesas e permitir o cumprimento da meta fiscal de 2025, por meio de uma trava que impede ministérios de carimbar novos gastos.

O mecanismo funciona como uma "poupança" feita durante o ano, afirma o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães. Chamado de "faseamento", ele restringe a autorização de gastos dos ministérios ao longo do tempo para que o ritmo de execução das despesas seja compatível com a previsão de arrecadação das receitas.

"É um colchão. Apesar de não ter um nome de contigenciamento e nem de bloqueio, o cara lá no sistema dele [ministérios e órgãos] não consegue gastar", diz Guimarães.

O faseamento restringe a fase de empenho dos gastos, ou seja, o momento em que o governo faz a reserva de recursos para quitar o débito no futuro, após a entrega do produto ou serviço. É o primeiro nível de execução do gasto público.

Uma corrida dos ministérios para empenhar os gastos ao lonverno para conter despesas, em caso de necessidade para evitar o estouro da meta de déficit zero em 2025. O risco seria o governo chegar ao fim do ano sem ter espaço suficiente para congelar as despesas, se houver frustração na projeção de receitas.

De acordo com Guimarães, o orçamento passa a ser liberado em etapas. A cada bimestre, o governo autoriza um limite de gastos que pode ser empenhado, enquanto uma parcela dos recursos permanece temporariamente reservada. No bimestre seguinte, essa fatia pode ser liberada, conforme a atualização das estimativas de receita e despesa e o espaço definido pelas regras fiscais.

Apesar de defender uma atuação preventiva, o governo tem sido criticado por especialistas e pelo TCU (Tribunal de Contas da União) pela adoção de medidas que facilitam o cumprimento das regras fiscais, mas sem gerar alívio efetivo na trajetória da dívida

A lista inclui execução de políticas públicas por meio de fundos e exceções para realizar despesas fora da meta fiscal e do limite de despesas do arcabouço.

O governo ainda entrou na mira do TCU por mirar o piso da meta fiscal em suas decisões de segurar ou não despesas previstas no Orçamento. A corte de contas chegou a informar ao Executivo que tal conduta era irregular e que era necessário perseguir o centro da meta, o que forçaria uma contenção adicional.

O governo, contudo, conseguiu contornar a situação com uma mudança na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) aprovada pelo Congresso.

Segundo Bruno Moretti, secretário especial de Análise Governamental da Casa Civil, os efeitos do faseamento na condução da política fiscal ainda são pouco observados pelos analistas, mas os números de 2025 mostram potencial.

Guimarães e Moretti fazem assessoramento técnico dos ministros que integram a JEO (Junta de Execução Orçamentária): Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão).

decisões que envolvem a execução orçamentária e a condução da política fiscal do país. O último relatório bimestral de avaliação de despesas e receitas do Orçamento de 2025 será enviado até sexta-feira (21) ao Congresso

sidade ou não de novos congelamentos de despesas. A expectativa de analistas do mercado financeiro é que o Executivo não vai precisar de novos congelamentos de gastos.

O mecanismo de faseamento foi adotado no segundo semestre do ano passado em meio às dificuldades para o cumprimento das regras fiscais. Desde então, tem se consolidado.

No início do ano, a lei orçamentária deu um espaço de R\$ 221,2 bilhões para o governo gastar nas chamadas despesas discricionárias (não obrigatórias e sobre onde recaem os cortes). Em maio, o governo congelou um total de R\$ 31,3 bilhões de despesas. Ao mesmo tempo, travou outras R\$ 60,9 bilhões de gastos com o uso do faseamento, que chega agora a R\$ 24 bilhões.

"É uma economia fiscal de fato. E ajuda a diminuir o empoçamento", afirma o secretário em referência ao volume de despesas que são liberadas pelo governo, mas que os ministérios não chegam a gastar.

A economia ocorre porque os valores empenhados, que não forem efetivamente gastos, são transferidos para o ano seguinte, na forma de restos a pagar, concorrendo com o novo Orçamento. Isso não acontece com a despesa não empenhada, que deixa de existir.

### Leilões de imóveis entram em clima de Black Friday com mais de 1.500 ofertas

Concessionária Motiva

anuncia venda de operação

no ramo aeroportuário

O mercado de leilões aproveita o clima de Black Friday para intensificar a oferta de casas, apartamentos e propriedades rurais. A maior parte é de imóveis retomados por instituições financeiras após inadimplência, mas também há propriedades ofertadas diretamente por incorporadoras, que aproveitam para desovar estoques.

co que cresceu nos últimos anos: consumidores e pequenos investidores em busca de oportunidades diante dos preços altos no mercado tradicional.

veis, com oportunidades que inversos estados.

haverá o leilão em parceria com o Santander e, no dia 27, será com o Bradesco.

Há opções como uma casa de 48 m² construída em terreno de 518 m² em Rio Largo (AL), 30 milhões.

cotas de consórcio, nas quais o cliente assume as parcelas restantes e compra o ativo por um valor inferior ao investido pelo

São oferecidas 264 propriedades, com lances iniciais que variam de R\$ 23 mil a R\$ 3 milhões. Há imóveis em nove estados, como São Paulo, Minas Gerais. Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio Grande do Norte, Pará e Pernambuco.

O imóvel de menor valor é um terreno de 501 m<sup>2</sup> no Parque Residencial Viva, em Pérola (PR), com lance mínimo de R\$ 23.940.

O maior lance inicial é para um apartamento na área nobre do bairro Bela Vista, em São Paulo, com 645 m<sup>2</sup> de área privativa, por R\$ 3.5 milhões.

do sinal mínimo de 20% do valor da compra, aplicável apenas a lotes comerciais e residenciais acima de R\$ 90 mil.

Segundo a leiloeira, o San-

Pela Leilão Vip, a Caixa e o Bradesco reúnem 571 imóveis distribuídos por diversas regiões do Brasil. As oportunidades incluem apartamentos, casas, terrenos e imóveis comerciais, com

A estratégia é atrair um públi-

Na Zuk, há mais de 250 imó-

cluem unidades residenciais, comerciais, terrenos, áreas rurais e até cotas de consórcio, com descontos que chegam a 86% em di-Na próxima segunda-feira (24),

com lance inicial de R\$ 25,2 mil e uma área rural de 293 hectares em Itararé (SP), avaliada em R\$ Também estão disponíveis

proprietário anterior.

Os clientes podem optar por compra à vista (com ou sem desconto), parcelar ou financiar o pagamento em até 420 meses. Os leilões são online, pelo site da Zuk.

Na próxima segunda-feira (24), a partir das 11h, a Biasi Leilões e o Santander também realizam um leilão especial de Black Friday, totalmente online.

O pagamento pode ser feito à vista (em parcela única e sem desconto) ou por financiamento imobiliário em até 420 meses.

Para o financiamento, é exigi-

tander garante que o IPTU e o condomínio de todos os imóveis estarão quitados até a data do leilão.

descontos que podem chegar a 76% em relação ao valor de avaliação. Os lances são realizados por meio da plataforma Entre os destaques há uma

casa de 68 m<sup>2</sup> de área privativa e 122 m<sup>2</sup> de terreno, na cidade de Lapão (BA), com o lance inicial no primeiro leilão avaliado em R\$ 59 mil, e no segundo leilão o valor cai para R\$ 35.400.

Em São Paulo (SP), no bairro Vila Nova Conceição (zona sul), um apartamento com 198,49 m² de área privativa e três vagas de garagem tem valor inicial de disputa de R\$ 5,3 milhões, enquanto no segundo leilão sobe para R\$ 12,8 milhões.

Outra empresa que aproveita data como estratégia de vendas é Portal Bayit. Em parceria com seis incorporadoras importantes, incluindo You, Kallas e Bracon, a leiloeira vai oferecer fachadas ativas de empreendimentos recém-entregues com descontos de 70% a 83% no lance mínimo. FAchadas ativas são as lojas localizadas no térrreo de

condomínios residenciais. Interessados vão encontrar. por exemplo, uma loja em Perdizes (zona oeste da capital paulista) com lance mínimo de R\$

Há ainda fachadas ativas em imóveis localizados em Pinheiros, Brooklin e Vila Mariana, na zonal sul de São Paulo.

A expectativa, segundo Avraham Dichi, CEO e leiloeiro da Bayit, é forçar uma disputa que eleve os valores das fachadas, aproximando-se do preço de mercado.

O TJ-SP (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo), em parceria com a plataforma Leilão Eletrônico, realiza um leilão judicial com 65 oportunidades em todo o estado. A lista de bens inclui vagas de garagem, imóveis residenciais, escritórios, pontos de comércio e veículos, com opções de lances que chegam a 50% de desconto em relação ao valor de avaliação.

Entre os destaques do leilão está um escritório no Edifício Contemporary Tower, localizado na avenida Ibirapuera, em Indianópolis (zona sul). São 66,43 m<sup>2</sup> de área privativa, com duas vagas de garagem e área total de 165,70 m<sup>2</sup>. Avaliado em R\$ 839 mil, o imóvel está com lance mínimo de R\$ 423 mil na segunda praça —um desconto próximo de 50% sobre o valor de mercado. Em Pinheiros, um apartamen-

to duplex com 1.010,68 m<sup>2</sup> de área total está avaliado em R\$ 8.4 milhões, com lance mínimo fixado em R\$ 5,94 milhões. O imóvel tem quatro suítes, incluindo uma master com dois closets, hidromassagem e antessala privativa, mais cinco vagas de garagem. Quem arrematar a unidade terá que pagar débitos do imóvel. Qualquer pessoa física ou ju-

rídica pode participar de um leilão, sendo necessário fazer cadastro no site do leiloeiro responsável e enviar os documentos exigidos no edital. (Folhapress)

## BRB faz auditoria para apurar fraudes denunciadas pela Compliance Zero roporto de Guarulhos ao tentar

O Conselho de Administração do Banco de Brasília (BRB) divulgou um comunicado ao mercado, no qual informa que vai contratar uma auditoria externa especializada para "apurar os fatos" investigados no âmbito da Operação Compliance Zero.

Deflagrada na segunda-feira (17) pela Polícia Federal (PF), a operação investiga a emissão de títulos de créditos falsos por instituições então ligadas ao Sistema Financeiro Nacional. Ela tem como alvo principal o Banco Master.

Essas operações simularam empréstimos e outros valores a receber, em meio a negociações

de carteiras de crédito com outros bancos. Entre eles, o BRB.

#### Comunicado do BRB

No comunicado divulgado nesta terça-feira (18), o BRB informa ter contratado "uma auditoria externa especializada e independente para apurar os fatos mencionados na referida operação [Operação Compliance Zero], notadamente os relacionados às operações de aquisição de carteiras de crédito junto ao Banco Master."

O Banco diz também que vai averiguar os procedimentos internos adotados para aprovação desses negócios e "possíveis falhas de governança ou de controles internos", acrescentou ao reafirmar seu compromisso "com as melhores práticas de governança, transparência e prestação de informações ao mercado."

Por fim, informa que o Conselho de Administração seguirá acompanhando de forma contínua os desdobramentos dos fatos, mantendo seus acionistas e o mercado devidamente informados.

#### Investigados

Entre os investigados da operação está o dono do Banco Master, Daniel Vacaro, detido no Ae-

me de administração especial

dono da instituição, foi preso pela

Polícia Federal na noite desta se-

gunda-feira (17), em São Paulo,

enquanto tentava embarcar para

que paga aposentadorias a ser-

vidores estaduais do Rio de Ja-

neiro, afirmou que o pagamento

dos benefícios está garantido e

que negocia a substituição das

Amapá, diz acompanhar o caso

junto às autoridades reguladoras

e afirmou que as aplicações reali-

zadas no Banco Master seguiram

integralmente normas do Sistema

Financeiro Nacional e a Política

A Amprev, do estado do

letras por precatórios federais.

Em nota, a Rioprevidência,

fora do país.

O banqueiro Daniel Vorcaro,

temporária por até 120 dias.

Também são investigados o então presidente do BRB, Paulo

deixar o país.

Henrique Costa, e o diretor de Finanças e Controladoria do banco, Dario Oswaldo Garcia Júnior. Ambos foram afastados dos cargos que ocupam no banco. Na segunda-feira, ao partici-

par da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga o crime organizado, o diretor-feral da PF, Andrei Rodrigues, disse que as fraudes investigadas podem ter movimentado irregularmente cerca de R\$ 12 bilhões. (Agência Brasil)

prio da Previdência Social (RPPS).

que os investimentos represen-

tam menos de 10% do patrimô-

nio total do Instituto, hoje em

R\$ 1,4 bilhão. A entidade tam-

bém afirma que, à época das

aplicações, o Master estava ha-

bilitado no Banco Central, e con-

tava com grau de investimento

atribuído por agência de classifi-

torar a liquidação extrajudicial do

Banco Master e afirma ter adqui-

rido os títulos seguindo os ritos

legais e técnicos, com pareceres

de assessoria de investimentos,

aprovação do comitê de investi-

mentos, ciência e homologação

dos conselhos fiscal e deliberati-

O São Roque Prev diz moni-

cação de risco.

vo. (Folhapress)

O Iprev de Maceió afirmou

#### Institutos de previdência de estados e municípios têm R\$ 1,8 bi em títulos do Master sem garantias de Investimentos do Regime Prótegra o conglomerado, sob regi-

Institutos que pagam aposentadorias a servidores municipais e estaduais aplicaram R\$ 1,8 bilhão em letras financeiras do Banco Master sem garantia do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) entre outubro de 2023 e dezembro de 2024.

O valor fica em risco após a liquidação do banco, decretada na terça-feira (18) pelo Banco Dos 18 institutos municipais

estaduais que investiram em letras do Master, destacam-se a Rioprevidência, do estado do Rio de Janeiro, com R\$ 970 milhões investidos, a Amprev (estado do Amapá), com R\$ 400 milhões, e o Iprev de Maceió, com

Além destas, o instituto de previdência de São Roque, no

interior de São Paulo, com 79 mil habitantes, aplicou R\$ 93 milhões em letras financeiras não garantidas pelo FGC. Os dados são do Ministério

da Previdência Social e foram adiantados pelo jornal O Estado de S. Paulo na quarta-feira (19). Ao contrário dos CDBs (Cer-

tificados de Depósito Bancário), as letras financeiras emitidas pelo Banco Master não têm cobertura do FGC. Por isso, os aportes de quase R\$ 2 bilhões feitos pelas previdências dos estados e municípios serão contabilizados como dívida durante o processo de liquidação do banco, tornando a recuperação dos valores incerta.

Nesta terça-feira, o Banco Central decretou a liquidação do Banco Master e colocou o Master Múltiplo, instituição que in-

A junta é responsável por

O documento aponta a neces-

#### **TDSP - Alta Vista IV** Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.

Na publicação da Ata de Reunião de Sócios, realizada no Jornal O Dia SP, em 30/10/2025, na página 5, ONDE SE LÊ: "portanto, uma redução de R\$ 400.000.000,00", LEIA-SE: "portanto, uma redução de R\$ 400.000,000 (quatrocentos mil reais)". São Paulo, 04/11/2025.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1000045-43.2022.8.26.0704. Classe: Assunto: Procedimento Comum Civel - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Fabricio Gomes Clemente. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000045-43.2022.8.26.0704. A MM. Juiza) de Direito da 3º Vara Civel, do Foro Regional XV - Butantà. Estado de São Pode Jubica Cristina Silva Tavares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a FABRICIO GOMES CLEMENTE, CPF 48917256805, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civel por parte de Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, objetivando o recebimento da Nota Fiscal de serviços nº 11764030, correspondente as despesas de internação e seu respectivo tratamento. Encontrando-se o réu em lugar inceto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo do tidas que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de outubro de 2025.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1181140-38.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). RENAN AUGUSTO JÁĆÓ MOTA, ná forma da Lei, etc. FAZ SABER a ESMERALDINA DA SILVA TORQUATO, CPF 13463697807, que lhe foi proposta uma ação Lei, etc. FAZ SABER à ESMENZUINA DA SILVA FORMONTO, GFF 1940397607, que inte loi proposa unha ayat de Procedimento Comum Civel por parte de Rede D'or São Luiz SIA - Unidade Villa Lobos, objetivando a quantia de R\$ 9.922,96 (dezembro de 2023), decorrente do Atendimento/Conta n° 13712371/54670562, oriundo da prestação de serviços médico-hospitalar. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITÂL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo do 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a soão 25 dias que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de setembro de 2025.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1044788-44.2021.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Civel - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Daiane Papadopulos Tan. EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1044788-44.2021.8.26.0100. C(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1º Vara Civel, do Foro Central Civel, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULA REGINA SCHEMPF CATTAN, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Daiane Papadopulos Tan (CPF. 422.251.238-96), que Sociedade, saber a Daiane Papadopulos Tan (CPF. 422.251.238-96), que Sociedade Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein Ihe ajuizou ação de Procedimento Comum. objetivando a quantia de R\$ 66.036.99 (abril de 2021), constantes das Notas Fiscais de Serviços n°s 10020811 (R\$ 3.787.05), 09705199 (R\$ 717.44), 09638727 (R\$ 717.44), 09638708 (R\$ 629.99), 08550154 (R\$ 1.798.83), 09963332 (R\$ 755.01), 01052755 (R\$ 786.04), 08729877 (R\$ 5.853.06), 09294623 (R\$ 697.38), 09242024 (R\$ 1.263.08), 08375721 (R\$ 674.09), 098469701 (R\$ 2.206.88), 098239874 (R\$ 674.09), 00983590 (R\$ 2.266.81), 00955849 (R\$ 674.09), 05929257 (R\$ 639.54), 00955849 (R\$ 674.09), 05981546 (R\$ 3.294.49), 06897011 (R\$ 629.99) e 07236862 (R\$ 1.959.62). Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, oferça contestação, sob pena de presumiriem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de novembro de 2025.

#### **NORDICA VEICULOS S/A** CNPJ/MF: 77.997.187/0001-74 - NIRE: 41300004218

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas da Nórdica Veículos S.A., para se reunirem em Assembleia Gera Extraordinária - (AGE) a ser realizada às 09h30, do dia 28/11/2025, na sede social da Companhia, localizada na Rua Alfred Nobel, 795, CIC, Curitiba/PR, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: (i) Estabeleo Cronograma de Distribuição de Dividendos apurados até o ano calendário de 2025. Curitiba, 18 de novembro de 2025.

Paulo Roberto Pizani - Diretor Superintendente

#### IMARIBO S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO CNPJ/MF: 76.486.463/0001-77 - NIRE: 4130001199-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Imaribo S/A - Indústria e Comércio**, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária - (AGE) a ser realizada às **9h00**, do dia **28/11/2025**, na sede social da Asseninteia Getal Extratolitaria - (AUE) a ser realizada as 9 fillo, do dia 26 m 174025, fia seve social da Companhia, localizada na Rua Alfred Nobel, 635, CIC, Curitiba/PR, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: (I) Aprovação do Protocolo de Intenções de Incorporação da CESC - Centrais Elétricas Salto Corrente Ltda. pela Companhia; (II) Ratificar a nomeação de Empresa Especializada para elaboração do Contente Lua, pera Compania, (ii) Matincia a nomega de Elimpiesa Especializada para etazioriação de la ludo de avaliação da companhia incorporada pelo critério do valor contábil; (III) Aprovação da Incorporação da CESC pela Companhia; (IV) Nova redação do capital social da Companhia; (V) Consolidação do estatuto Social da Companhia; (VI) Estabelecer Cronograma de Distribuição de Dividendos apurados até

o ano calendário de 2025; (VII) Assuntos Gerais. Curitiba, 18 de novembro de 2025. Paulo Roberto Pizani Diretor Superintendente

#### Aguassanta Participações S.A.

CNPJ/MF nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Pelo presente, ficam convocados os 5rs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Aguassanta Participações S.A. ("Companhia"), a ser realizada no dia 28 de novembro de 2025, às 9:30 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4100, 16º andar, sala 08, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: (i) Aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação pela Companhia da Aguassanta Investimentos S.A., companhia sediada na Avenida Cezira Giovanoni Moretti, nº 955, 2º andar, sala 11, Bairro Santa Rosa, na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, CEP 13414-157 e inscrita no CNRJ/MF nº 34.699,984/0001-62 ("Aguassanta Investimentos"): (il) Ratificação da contratação pelos administradores da Companhia, dos peritos responsáveis pela elaboração do laudo de avaliação do acervo patrimonial líquido da Aguassanta Investimentos ("Laudo de Avaliação"), a ser incorporado pela Companhia; (ii) Aprovação do Laudo de Avaliação; e (iv) Aprovação da di incorporação da Áquassanta Investimentos ("Caudo de Avaliação"). Avaliação; e (iv) Aprovação da incorporação da Águassanta Investimentos pela Companhia, nos termos e condiçõe: do Protocolo e Justificação.

São Paulo (SP), 19 de novembro de 2025 **Rubens Ometto Silveira Mello** 

EDITAL DE RELAÇÃO DE CREDORES, (ART. 7º, § 2º DA LEI 11.101/05) E AVISO SOBRE O RECE-BIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO (ART. 53, § ÚNICO DA LEI 11.101/05) COM PRAZO DE 10 DIAS PARA IMPUGNAÇÃO (ART. 8º DA LEI 11.101/05) E, SIMULTANEAMENTE, PRAZO DE 30 DIAS PARA OBJEÇÃO AO PLANO (ART. 55, "CAPUT", DA LEI 11.101/05), EXPEDIDO NOS AU-TOS DA AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE INSTALL AUTOMAÇÃO E MANUTENÇÃO INDUS **TRIAL LTDA, PROCESSO № 1005460-09.2025.8.26.0152.** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem, do Foro Espe cializado 1ª RAJ/7ª RAJ/9ª RAJ, Estado de São Paulo, Dr(a). Ralpho Waldo De Barros Monteiro Filho, na forma da Lei, etc, **FAZ SABER** que: **1–) RELAÇÃO DE CREDORES:** O Administrador Ju dicial ZAPAZ ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, representado por meio de sua representante legal, a advogada Aline Barini Néspoli, OAB/SP 521.868, apresentou a relação de credores a que alude o art. 7º, parágrafo 2º da Lei 11.101/2005 (fls. 2.402-2.613 do processo), disponível no website da Administradora Judicial [https://www.zapaz.com.br/], na forma da lei e do Enunciado 103 da III Jornada de Direito Comercial da Justiça Federal. 2-) PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO: Os credores, o devedor ou seus sócios, e, ainda, o Ministério Público, pelo prazo de 10 dias, conados da publicação deste edital, poderão apresentar impugnação contra a Relação de Credo es, apontando a ausência de qualquer crédito ou manifestando-se contra a legitimidade, importância ou classificação de crédito relacionado, nos termos do art. 8º da Lei 11.101/2005. 3-ACESSO A INFORMAÇÕES: Os legitimados a apresentar impugnação poderão ter acesso aos documentos que fundamentaram a elaboração da Relação de Credores, mediante solicitação de arquivo eletrônico ou em horário comercial, nas dependências do Administrador Judicial siuado na Rua Itabaguara, nº 175, Pacaembu, CEP 01234-020, São Paulo - SP, mediante prévic agendamento. Para esta finalidade, os interessados devem entrar em contato pelo e-mail rjins all@zapaz.com.br. 4-) ACESSO AO CONTEÚDO DO PLANO: Os credores poderão ter acesso ao Plano de Recuperação Judicial mediante consulta aos autos (fls. 1.723-1.759 do processo) ou pela internet, no website do administrador judicial [https://www.zapaz.com.br/]. 5-) PRA ZO PARA OBJEÇÃO: Os credores poderão, no prazo de 30 dias, a partir da publicação deste edital, apresentar objeções, nos termos do art. 55 da Lei 11.101/2005. E, para que chegue ao co nhecimento de todos os interessados, mando expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma de lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de no

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Fe derativa do Brasil, a requerimento do BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, FABIO ANTONIO GONÇALVES DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, maior, empresário, RG nº 530185672-SSP/SP, CPF nº 498.360.638-62, domiciliado nesta Capital, residente na Alameda dos Ubiatans, n 374, apartamento nº 103, Planalto Paulista, fica intimado a purgar a mora referente a 07 (sete) prestações em atraso, vencidas de 27/04/2025 a 27/10/2025, no valor de R\$115.938.92 (cento e quinze mil. novecentos e trinta e oito reais, e noventa e dois centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$116.950,62 cento e dezesseis mil, novecentos e cinquenta reais, e sessenta e dois centavos), que atualizado até 26/12/2025, perfaz o valor de R\$136.401,96 (cento e trinta e seis mil quatrocentos e um reais, e noventa e seis centavos), cuia planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pelo BANCO SATANDER (BRASIL) S/A, dando em garantia o imóvel localizado na Alameda dos Guatás, também conhecida por Alameda dos Guatós nº 1725, lote 06 da quadra 11-U, em Indianópolis – 24º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob nº 07 na matrícula nº 67.640. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pelo fiduciário, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 18 de novembro de 2025. O Substituto.

#### TDSP - Dionísio da Costa Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda

Errata da Ata de Reunião de Sócios

Na publicação da Ata de Reunião de Sócios, realizada no Jornal O Dia SP, em 30/10/2025, na página 5, ONDE SE LÊ: "portanto, uma redução de R\$ 170.000.000,00", LEIA-SE: "portanto, uma redução de

R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)". São Paulo, 04/11/2025

#### Federação Paulista de Tamboréu. Convocação Assembleia Ordinária

Convocamos os associados a participar da Assembleia Geral Ordinária da Federação Paulista de Tamboréu a ser realizada em 12 de dezembro de 2025 às 19:00 horas com o número Legal ou às 20 horas com qualquer número. ro na sede do IPÊ Clube, sito na Rua Ipê, n° 103, poderão participar da assembleia de forma presencial ou virtual, nos termos do Estatuto Social, para votar a seguinte ordem do dia: 1) Eleição da nova diretoria e membros do Conselho Fiscal para o Biênio 2026/2027; 2º) Aprovação das contas do Biênio 2024/2025 3º) Aprovação da previsão orçamentaria, para 2026; 4º) Aprovação do calendário de 2026; 5º) Alteração do estatuto Social, 6º) Aprova ção do Ranking de 2024/2025, para exercício 2026; 7º) Demais assuntos de interesse dos Associados. São Paulo 03 de novembro de 2025. Raquel França Silva Presidente da Federação Paulista de Tamboréu.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do ITAÚ UNIBANCO S/A, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, RODRIGO TADEU CORREA ZANI, brasileiro, solteiro, maior, empresário, RG nº 39.845.684-7-SSP/SP, CPF nº 426.723.958-45, domiciliado nesta Capital, residente na Rua Paracatu nº 575, Apto. 64, Parque Imperial, fica intimado a purgar a mora referente a 22 (vinte e duas) prestações em atraso, vencidas de 26/12/2023 a 26/09/2025, no valor de R\$ 394.266,55 (trezentos e noventa e quatro mi duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$ 429.065,20 (quatrocentos e vinte nove mil e essenta e cinco reais e vinte centavos), que atualizado até 22/01/2026, perfaz o valor de R\$ 459.629.47 (guatrocentos e cinquenta e nove mil seiscentos e vinte nove reais e guarenta e sete centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pelo ITAÚ UNIBANCO S/A, dando em garantia o imóvel localizado na Avenida Nhandú nº 986, em Indianópolis – 24º Subdisrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força le Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 9 na matrícula nº 14.603. O paga nento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos" a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário ITAÚ UNIBANCO S/A, nos termos do art. 26, § 7°, da Lei nº 9.514/97, após o que o nesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 17 de novembro de 2025. O Substituto

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Fede rativa do Brasil, a requerimento do BANCO INTER S/A, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **CLÁUDIO LEITE DA PURIFICAÇÃO**, brasileiro, soltei ro. maior, analista de dados. RG nº 13.719.029-84-SSP/BA. CPF nº 011.202.895-05 domiciliado nesta Capital, residente na Rua Tapari nº 158, Apartamento 504-B, Vila Esperança, fica intimado a purgar a mora referente a 09 (nove) prestações em atraso encidas de 01/02/2025 a 01/10/2025, no valor de R\$ 35.813,96 (trinta e cinco mi pitocentos e treze reais e noventa e seis centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoie no valor de R\$ 41.272,41 (quarenta e um mil duzentos e setenta e dois reais e guarenta e um centavos), que atualizado até 25/01/2026, perfaz o valor de R\$ 51.224,94 (cinquenta e um mil duzentos e vinte quatro reais e noventa e quatro entavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos cujo empréstimo foi concedido pelo BANCO INTER S/A, dando em garantia o imóve localizado na Rua Vergueiro nº 6.052, apartamento nº 602B, localizado no 6º pavimento do setor Residencial 01, Torre 01-Bloco B do Condomínio Modo Ipiranga, na Saúde 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia om Força de Escritura Pública" devidamente registrado sob n° 01 na matrícula n 252.582. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o fiduciante desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão 'inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, BANCO INTER S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 17 de novembro de 2025. O Substituto

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Fede rativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o pre ente edital virem ou interessar possa que, MARCIO NUNES RIBEIRO, administrador RG nº 21.931.998-4-SSP/SP, CPF nº 234.188.728-75, casado no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, com **THAIS SARTORI NUNES RI**-BEIRO, arquiteta, RG nº 28.174.447-6, CPF nº 220.852.338-56, brasileiros, domicilia los nesta Capital, domiciliados nesta Capital, na Rua Rodeio nº 79, ficam intimados purgarem a mora referente a 93 (noventa e três) prestações em atraso, vencidas de 06/11/2017 a 06/07/2025, no valor de R\$2.461.489,71 (dois milhões, quatrocento e sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e nove reais, e setenta e um centavos) e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$2.627.488.01 (dois nilhões, seiscentos e vinte sete mil, quatrocentos e oitenta e oito reais, e um centa o), que atualizado até 24/11/2025, perfaz o valor de R\$2.672.511,80 (dois milhões seiscentos e setenta e dois mil, quinhentos e onze reais, e oitenta centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo emprésti mo foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, dando em garantia os imóveis ocalizados na Avenida Lavandisca nº 142, apartamento nº 11, localizado no 1º andar armário nº 01, localizado no 1º subsolo, vaga tripla nº 01, composta pelos boxes nºs 58 59 e 60, localizada no 1º subsolo, Edifício Itapiranga, em Indianópolis – 24º Subdistri to, objetos de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força le Escritura Pública" devidamente registrados sob n° 3 nas matrículas nºs 105.451 105.469 e 105.487. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciantes desde já advertidos de que, decorrido prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certifiando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do impos de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade dos citados móveis em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26. § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que os mesmos imóveis serão levados a público leilão de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 17 de novembro de 2025. O Substituto.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do ITAÚ UNIBANCO S/A, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que. ALINE MOSQUIM PERETO, analista de departamen to pessoal. RG nº 43.737.142-6-SSP/SP. CPF nº 355.853.998-29. e **ANTONIO ALE** XANDRE DE OLIVEIRA, analista de suprimentos, RG nº 285382640-SSP/SP, CPF 281.780-368-00, brasileiros, divorciados, conviventes em união estável no regime da comunhão parcial de bens, conforme RA nº 14.386 deste Registro, empresários domiciliados nesta Capital, residentes na Avenida dos Ourives, nº 600, bloco 06, apar amento nº 41, Jardim São Savério, ficam intimados a purgarem a mora referente a 10 (dez) prestações em atraso, vencidas de 20/01/2025 a 20/10/2025, no valor de R\$ 18.044,50 (dezoito mil e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R\$ 18.968,15 (dezoito mil novecentos sessenta e oito reais e quinze centavos), que atualizado até 26/01/2026, perfaz o valor de R\$ 24.235,45 (vinte quatro mil duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pelo ITAÚ UNIBANCO S/A, para aquisição do móvel localizado na Avenida dos Ourives, nº 600, apartamento nº 41, localizado no 4º pavimento do EDIFÍCIO 6-PALAZZO CAMERLENGHY, integrante do Empreendimento /illaggio di Venezia, na Saúde – 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente regis ado sob n° 13 na matrícula nº 134.050. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficia de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapue ra, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze ias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciantes desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficia deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pelo fiduciário, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, ITAÚ UNIBANCO S/A, nos termos lo art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 17 de novembro de 2025. O Oficial.

DITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0000579-41.2020.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direit la 1º Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a), Cristiane Vieira, na forma da Lei, et rada Vela divel, por la Mergio de la Parada (Salada e Sadrada), cuado de Sadrada (Marcia), de la Mercia, la Idma AZ SABER a Raphael Moreno Bejarano e Carlos Guerreiro Moreno, CPF 082.331.608-49 e 221.244.998-40, que lh oi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A.. Encontrandose o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a su CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, manifestese e requeira as provas que entender cabíveis, nos termos do artigo 135 do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. N - 20 e 22

#### **TDSP - Elisa de Moraes** Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda

CNPJ/MF nº 08.350.179/0001-19 - NIRE 35.220.952.972

Errata da Ata de Reunião de Sócios

Na publicação da Ata de Reunião de Sócios, realizada no Jornal O Dia SP, em 30/10/2025, na página 5, ONDE SE LÊ: "portanto, uma redução de R\$ 80.000.000,00", LEIA-SE: "portanto, uma redução de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)". São Paulo, 04/11/2025.

#### TDSP - Volta Redonda Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda CNPJ/MF nº 13.494.803/0001-91 - NIRE 35.225.311.339 Errata da Ata de Reunião de Sócios

Na publicação da Ata de Reunião de Sócios, realizada no Jornal O Dia SP, em 30/10/2025, na página 5, ONDE SE LÊ: "portanto, uma redução de R\$ 480.000.000,00", LEIA-SE: "portanto, uma redução de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais)". São Paulo, 04/11/2025.

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1124967-33. 2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2º Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Evandro Lambert de Faria, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Martha Eerna Virginia Griesbach, Isilda Vieira Cassiano Carvalho, Reserva dos Cântaros Incorporações Ltda, Manuel de Sousa Carvalho, Espólico de Martha Else Agosty, Cláudio Pascher, Dalva Mello Pascher, Eugeni Suliman Grudzinski, Espólico de Elfriede Joline Kaposty, Elisabete Suliman Grudzinski, Wladimir Suliman Grudzinski, Wladimir Ernst Romualdo Suliman Grudzinski, Georg Suliman Grudzinski, Ney Donizete o Nascimento, Henry David Azaulay, Flavio Resende de Andrade, CHARLOTTE ERNA KNIRSCH, FRITZ KNIRSCH, IRMGARD ERNA KAUFMANN MANFRED KAUFMANN, EGON LUDWIG SCHAAF, Euzenir Oliveira Nascimento, Bruno Eduardo de Moura Nascimento, Milla Hyana Oliveir Jackimento, Réus Citados por Edital, Nicole Molitor e Simone Molitor, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem omo seus cônjuges e/ou sucessores, que Freitas Oliveira Administração Eireli ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de lomínio sobre imóvel localizado na Rua Rosalvo Ribeiro, nº 73, Tremembé, São Paulo/SP, CEP 02372-080, alegando posse mansa e pacífica no razo legal. Estando em termos, expedese o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias ráteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em contestado a ração de suprador serveial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

N - 20 e 22

#### **EMFORVIGIL** Empresa Especializada em Formação de Vigilantes S.A.

CNPJ 58.805.508/0001-47, NIRE 35300119347 Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária

Data: 02/12/2025 Hora: AGE: 14:00h, AGO: 15:00h Local: Rua Mamoré, 228, Bom Retiro/SP (sede social). Ordem do Dia: AGE: a) alteração do estatuto social; b) consolidação do estatuto social. AGO: a) eleição do conselho administrativo; b) eleição do conselho fiscal; c) eleição da diretoria; d) outros ssuntos de interesse da Sociedade.

O Conselho de Administração.

## Jornal O Dia SP

#### NOSSA SENHORA DO Ó PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/MF nº 12.970.783/0001-15 - NIRE 35.300.385.

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DOS SÓCIOS Data, Hora e Local: 10/09/2025, as 10h, na sede da Viação Santa Brigida Ltda, Mesa: Presidente - Luiz August

Saraiva; Secretária - Silvia Helena Saraiva Gomes. Presente: Acionistas representando a totalidade do capita social, sendo: (a) MB & BM Participações S/A, CNPJ 11.747.974/0001-50, (b) Caravelas Portucale Participações S/A, CNPJ 11.657.179/0001-70 e (c) MARQX Participações S/A, CNPJ 11.788.680/0001-76. Deliberações: (a) Decidiram aprovar por unanimidade, a prestação de garantias reais e/ou fidejussórias, inclusive em format de aval, em favor da Auto Viação Urubupunga Ltda., CNPJ: 61.487.799/0001-87, em contratos dema documentos necessários, inclusive títulos de crédito, celebrados com o Banco BTG PACTUAL, tendo em vista tratar-se de interesse da sociedade, não ferindo o Contrato Social vigente e (b) Ficam expressamente ratificado neste ato, toda e qualquer garantia já prestada junto à instituição financeira mencionada. Mesa: Luiz Augusto Saraiva - Presidente; Silvia Helena Saraiva Gomes - Secretária. JUCESP - 383.425/25-6 em 23/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente do **Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 43.650.175/0001-57, no uso das atribuição que lhe confere o Estatuto Social, convoca os Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo, em conformidade com os deveres e obrigações estatutários, que não estejam envolvidos nos fatos e condutas tipificadas no artigo 5º do Estatuto Social, quites e em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se, à Rua XV de Novembro, nº 200, 11º andar – conj. 11-B, Auditório – CEP 01013-000, Centro, São Paulo/ SP, nos dias 04 e 05 de dezembro de 2025, obedecendo os sequintes horários e "quórum" para sua instalação, cumprindo o que determina o Estatuto Social: 1) Em primeira convocação: às 13h00, com presença de metade mais um dos filiado: 2) Em segunda convocação: às 13h30 com presença de qualquer número dos filiados, para ambos os dias, 04 e 05. Par deliberar sobre os sequintes assuntos: 1) Contratação de Escritório(s) de Advocacia(s) para ajuizamento e acompanhamen de ação judicial visando defender os interesses da Categoria dos Oficias de Justiça do Estado de São Paulo, assegurados pela Lei 13.105/2015 (CPC) e Leis Estaduais 10.771/98 e 11.608/2003, afrontadas pelo Provimento CJ 27/2023 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo; 2) Reforma Estatutária ampla; 3) Medidas Judiciais e Administrativas contra a AOJESP e seus Diretores pelos atos praticados em violação contra a unicidade sindical, com afronta aos preceitos Constitucionais – C.F./88, afronta à competência do Ministério do Trabalho e desrespeito à Súmula vinculante 677 do STF São Paulo, 19 de novembro de 2025. *Daniel Franco do Amaral – Presidente*.

#### CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EMBALAGENS

CNPJ/MF nº 10.534.653/0001-04 - NIRE 35.300.363.868 - SOCIEDADE ANÔNIMA EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EMBALAGENS, CNPJ/MF nº 10.534.653/0001 04, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 4º andar, conjunto 42, sala F, Bairro Itaim Bibi, CEP 04538-133 ("Companhia") convocados para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária no dia 04/12/2025, às 11:00, assembleia exclusivamente digital, por meio do aplicativo Microsoft Teams, ID da Reunião: 252 176 589 053 4, Senha: MX9y8Ay7, conforme prevista na Lei nº 14.030 de 2020, para deliberar sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA: Discutir e deliberar sobre: (i** a aprovação do balanço patrimonial levantado para fins de dissolução da Companhia; (ii) consignação da inexistência de passivos a serem liquidados e de ativos remanescentes a serem distribuídos aos acionistas da Companhia; (iii) a aprovação da dissolução, liquidação e extinção da Companhia, nos termos do artigo 206, inciso I, alínea "c", da Lei das S.A. (iv) a indicação do custodiante dos livros da Companhia; e (v) a ratificação dos atos já praticados pela administração da Companhia, bem como a aprovação de todas as providências necessárias para efetivar quanto deliberado nos itens (i) a (iv) acima. Com vistas a permitir a organização dos trabalho olicitamos que eventuais procurações outorgadas pelos acionistas a seus representantes sejam encaminhadas bara o e-mail <u>marcela.correia@interfloat.com.br,</u> com 48h (quarenta e oito horas) de antecedência da AGE stenciosamente. Roberto Lombardi de Barros — Presidente do Conselho de Administração

#### CANTAREIRA EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 20.080.672/0001-61 - NIRE 35.300.464.613 EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data, Hora e Local: 08/07/2025, às 9h, na sede social. Mesa: Presidente - Silvia Helena Saraiva Gomes; Secretário Marcelo Nabih Sallum. Convocação: dispensada. Presença: totalidade do capital social. Publicação Prévia de Documentos: o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações contábeis referentes ao exercício social do ano de 2024 foram devidamente publicadas, de forma resumida, no dia 01/07/2025, na pág. e 4 do mesmo jornal, na internet. Deliberações: aprovados, por unanimidade e sem ressalvas, as seguinte matérias: I- (a) O Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as contas dos administradores da relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024, foram aprovados, por unanimidade e se ressalvas; e I-(b) A Sociedade apurou lucro líquido, no exercício social findo em 31/12/2024, no importe tota de R\$ 4.998.650,26, o qual foi utilizado para amortizar parte do saldo de prejuízos acumulados de período ue N 3 4.596.050,20, o quai noturizado para anioritza parte do Sando de prejuzzos acuminados de periodos anteriores, cujo saldo restou alocado na conta "Prejuízos Acumulados" totalizando o montante de R\$ 61.746.320,05; II- Ratificada a destinação dada ao resultado líquido apurado pela sociedade no exercício social findo em 31/12/2023, da seguinte forma: A Sociedade apurou lucro líquido, no exercício social findo em 31/12/2023, no importe total de R\$ 823.207,92, o qual foi utilizado para amortizar parte do saldo de prejuízo acumulados de períodos anteriores, cujo saldo restou alocado na conta "Prejuízos Acumulados" totalizando o montante de R\$ 66.744.970,31; III - Ratificada a escolha da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.; « I.V - Autorizada a administração da Sociedade a assinar todos os documentos pertencentes a operação en objeto e realizar todos os atos necessários para o cumprimento das deliberações ora aprovadas; SP, 08/07/2025 Mesa: Silvia Helena Saraiva Gomes - Presidente. Marcelo Nabih Sallum - Secretário. JUCESP - 350.617/25-9 em 08/10/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral

#### NOSSA SENHORA DO Ó PARTICIPAÇÕES S.A.

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data, Hora e Local: 07/07/2025, às 16h, na sede social. Mesa: Presidente - Luiz Augusto Saraiva; Secretário Mario Luiz Saraiva. **Convocação:** dispensada. **Presença**: totalidade do capital social da Companhia, infra-assinados **Publicação Prévia de Documentos**: o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações contábeis referentes ao exercício social do ano de 2024 foram devidamente publicadas, de forma resumida, no dia 01/07/2025, nas págs. 05 e 06 do jornal "O Dia" e com divulgação simultânea da integra dos demonstrativos na mesma data, nas págs. 05 à 07 do mesmo jornal, na internet. **Deliberações**: aprovados, por unanimidade sem ressalvas, as seguintes matérias: I- (a) O Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as contas dos administradores da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024, foram aprovados, po nanimidade e sem ressalvas; I· (b) A Sociedade apurou resultado positivo de equivalencia patrimonial, con base nas demonstrações financeiras do exercício social findo em 31/12/2024, no importe total de R\$ 110.317.694.28, dos quais foram destinados o importe total de R\$ 5.515.884.71 para constituição a Reserv Legal. A Sociedade efetivamente distribuiu Lucros no valor total de R\$ 8.000.000,00, restando um saldo d Reserva da Sociedade no valor total de R\$ 496.225.632,32, sendo R\$ 29.442.492,46 à título de Reserva de Capital e R\$ 466.783.139,86 à título de Reserva de Lucros, os quais permaneceram à disposição dos acionista - A Sociedade apurou resultado positivo de equivalencia patrimonial, com base nas demonstrações financeira do exercício social findo em 31/12/2023, no importe total de R\$ 136.423.853.78, dos quais foram destinados o importe total de R\$ 6.821.192,69 para constituição a Reserva Legal. A Sociedade efetivamente distribui Lucros no valor total de R\$ 8.033.000,00, restando um saldo de Reserva da Sociedade no valor total d R\$ 393.907.938,04, sendo R\$ 23.926.607,74 à título de Reserva de Capital e R\$ 369.981.330,30 à título de Reserva de Lucros, os quais permaneceram à disposição dos acionistas: (III)- Ratificada a escolha da Gran Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.; e (IV) Autorizada a administração da Sociedade a assinar todos os documentos pertencentes a operação em objeto e realizar todos os atos necessários para o cumprimento da deliberações ora aprovadas. SP, 07/07/2025. Mesa: Luiz Augusto Saraiva - Presidente. Mario Luiz Saraiva Secretário. JUCESP - 338.037/25-1 em 15/09/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS.

AFINAL, O JORNAL É LEGAL.







Passivo e patrimôr Circulante Tributos a recolher IR e CS

rix e CS Partes relacionadas Dividendos a pagar Devolução de capital Outros passivos

Total do circulante

ributos a recolf otal do passivo

Capita

socia 650.000

650.000

(350.000) 200.000

8(a) 7(b)

8(a) 8(a)

Capital social Ações em tesouraria Reserva de capital Ajustes de avaliação patrimonial

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líqu

capital de

indireta 1.055

1.153

ouraria de

investida

indireta (35.114)

(1.833)

(36.947)

2025

1.872

13.034 7.569 17.400

39.888

2.556 **42.444** 

500.000 (45.793) 1.153 231.469

financeiros

ara venda 5.871

225

investida disponíveis

2024

32.565

24.734

2025

25.077

20.031

74.730

ndos mínimos garantidos

8 1.059.078 1.045.755

aixa e equivalentes de caixa

Aplicações financeiras

ributos a recuperar

Dividendos a receber

Partes relacionadas

Total do circulante

Realizável a longo prazo

Total do não circulante

Saldo em 31 de março de 2023 Reversão da provisão de divider

luros sobre o capital proprio deliberado no exercício Variação de participação em investida reflexa Variação do valor justo do ativos financeiros Ajuste reflexo por aquisição e alienação

ucro líquido do exercício bestinação do lucro: Constituição de reservas bividendos mínimos obrigatórios teserva de retenção de lucros

Ajuste reflexo por aquisição e alienação

Reserva de retenção de lucros Saldo em 31 de março de 2025

de ações de emissão própria reflexa Ganhos decorrentes de mudança de participação reflexa Resultado com derivativos - hedge accounting de investida

Reserva de retenção de lucros Saldo em 31 de março de 2024 Reversão da provisão de dividendos mínimos garantidos Redução de capital social - AGE 11/07/2024 Aumento de capital social - AGOE 12/12/2024 Juros sobre o capital proprio deliberado no exercício Realização de mais-valia de demeed cost Variação do valor justo de ativos financeiros Cancelamento de ações em tesouraria reflexa Efeitos reflexos de ajustes de avaliação patrimonial Ajuste reflexo por aquisição e aliepação e

Não circulante

IR e CS

Demonstração do Resultado Abrangente

2024 223.857

Fluxo de caixa das

**2025** 79.677

670 (28.459)

8.801 (18.988)

3.585 29.046

2025

**Jornal O DIA SP** DIMAS OMETTO PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ nº 08.428.342/0001-19

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2025 Demonstração do Resultado Receitas operacionais líquidas Lucro bruto Receitas (despesas) operacionais Despesas gerais e administrativas Resultado de Lucro líquido do exercício Itens que serão reclassific subsequentemente ao resultado 13 (6.518) (3.529) Movimento no exercício: Variação do valor justo Derivativos de mercadorias equivalência patrimonial 9 **27.247** Futuro, opções e contratos a termo Derivativos de câmbio - Opções / NDF Variação cambial de contratos 77.829 223.782 77.829 224.131 27.247 Receitas financeiras Despesas financeiras de financiamentos (Trade Finance) (1.507) 5.184 229.315 Reconhecimento no resultado operacional Derivativos de mercadorias -Futuro, opções e contratos a termo Derivativos de câmbio - Opções / NDF Variação cambial de contratos de (380) 79.677 10.17 financiamentos (Trade Finance) Ajustes de avaliação patrimonial Reservas de lucros Lucros fiscais <u>cost</u> <u>ting</u> <u>Outros</u> <u>Legal</u> <u>Retenção</u> 202.580 (24.689) (1.537) 54.482 330.662 Total 1.183.310 (12.993) 45 (26) 7.170 834 (21.266) 1.397.296 8.999 202.805 (17.545) (658) 65.675 (350.000)

Trotas expireativas da dallimistração do demonstrações
financeiras em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais,
exceto quando indicado de outra forma)
1. Contexto operacional (a) Informações gerais A Dimas Ometto
Participações S.A. ("Companhia"), constituída em 7/11/2006, é uma
sociedade anônima de capital fechado, sediada no município de Ri-

Lucro líquido do exercício Reversão de dividendos não reclamados prescritos reflexa Destinação do lucro: Constituição de reservas Dividendos mínimos obrigatórios Reserva de retenção de lucros

Ajuste tenero por aquisiquo comerciago de ações de emissão própria reflexa Pagamento de bônus de ações em tesouraria reflexa Ganhos (perdas) decorrentes de mudança de participação reflexa Resultado com derivativos - hedge accounting de investida

dade preponderante a participação no capital de outras sociedades. Como parte de seus objetivos estratégicos a Companhia mantém os



Martinho S.A. ("SM"). A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de odutos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a peracionais da coligada indireta SM e indiretamente impactar a impanhia. (c) Variações climáticas Riscos associados às condições limáticas podem impactar a Companhia, principalmente por internédio de sua coligada LOP e sua coligada indireta LJN, por participaem da investida indireta SM, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negatiamente a produtividade dos canaviais, e consequentemente a prolução de açúcar, etanol e outros coprodutos, podendo afetar as reeitas, custos e valor dos ativos biológicos. (d) Focos de Incêndio onforme comunicado da coligada indireta SM, via LOP e LJN, divulgado ao mercado em 26/08/2024, informou que aproximadamente 20 mil hectares de cana-de-açúcar foram atingidos pelos incêndios eneralizados que afetaram o setor. Os focos foram combatidos pelos rigadistas, sem registro de vítimas ou impactos em outros ativos. A ana-de-açúcar atingida foi processada sem impactos significativos o Acúcar Total Recuperável - ATR em relação ao Guidance de Produção para Safra 2024/2025 da coligada SM. Para preservar a produtiviade nas safras seguintes, foram realizados, pela coligada indireta SM, R\$ 86 milhões em investimentos complementares em plantio e do da coligada indireta SM divulgado ao mercado em 26/03/2025, nformou que no dia 23/03/2025, um incêndio atingiu uma caldeira entro do parque industrial da Unidade. As chamas foram combati-

tivos. A coligada indireta SM já acionou a Apólice de Seguros que ativos. A colleda indireta sivi ja adolitu a Apolice de Seguros que abrange danos materials e lucros cessantes. O impacto do incêndio paralisou uma caldeira para Safra 2025/26 e poderá reduzir em até ulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser en ado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que inciens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos da LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas atuais. 2. Resumo das políticas contábeis materiais As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações fianceiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de nodo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. 2.1 Base de preparação das demonstrações fi-nanceiras As demonstrações financeiras foram preparadas consideando o custo histórico como base de valor e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo omitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as nformações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e cialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos omente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela adnistração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o ercício de julgamento nor parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, em como as áreas nas quais premissas e estimativas são significati-2.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor As guintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31/03/2025. A adoção antecipada de normas, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alteração IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das ção das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios nuais iniciados em ou anós 1º/01/2027, no caso da Companhia, a quisitos principais: i) As entidades são obrigadas a classificar todas as eceitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de finaniamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As ntidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro de Depósito Interbancário - CDI, e são equivalentes de caixa devido sua alta liquidez. (ii) Refere-se a: cotas em fundos de Investimentos em renda fixa, com liquidez diária, com rendimentos obtidos meperacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não muda rá; ii) As medidas de desempenho definidas pela administração MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações finan-- 101,03%). 5. Tributos a recuperar e a recolher (a) Tributos a recuperar Em 31/03/2025 e 2024, a composição dos tributos a recuperar ceiras; e iii) Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como

grupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, to-

das as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao

presentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. Atual-

nente, a Companhia está trabalhando para identificar todos os im-

pactos que essas alterações terão nas suas demonstrações financei

ras e respectivas notas explicativas para estar em vigor com o novo

requerimento dentro do prazo estabelecido. Não há outras normas

ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter mpacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Compa-

nhia. 2.3 Investimento em coligada A participação da Companhia em

oligada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, reco

nhecido no resultado do exercício como receita ou despesa operacio-

nal, com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma

nanceiros 2.5.1 Classificação A Companhia classifica seus ativos fianceiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados

ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou po meio do resultado); e • Mensurados ao custo amortizado. A classifica-

10(e) 10(a) 10(a) 10(e) 10(c) 7(b) 10(b) 48,436 (57.482) 8(a) 10(c) (701)500.000 (45.793) 1.153 tado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. (b) Custo amortizado Os ativos, que são manti dos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou pereirão Preto, estado de São Paulo, e tem como obieto social e atividas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resulta do e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por impair ment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado: 2.5.2 Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. No reconheci mento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor iusto acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ac valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamen-te atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são regis trados como despesas no resultado. 2.5.3 Compensação de instru mentos financeiros Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e lepender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos 🛮 no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. 2.5.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - impairment A Companhia avalia as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por mejo de outros resultados abrangentes. A metodolo to significativo no risco de crédito. 2.6 Instrumentos financeiros derivativos Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as varia ções do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como hedge accounting. As coligadas da Companhia documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de hedge. As variações no valor justo dos derivativos designados como hedcontabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do hedge. 2.7 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes Os outros ati-vos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, indas pelos brigadistas, sem registro de vítimas ou impactos nos outros cluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias correspondentes. 30% a capacidade de produção diária na unidade, com moagem estimada de aproximadamente 2,4 milhões de toneladas em referida Os investimentos e outros ativos não circulantes, quando aplicável, afra. Tal impacto é restrito à Unidade Iracema da coligada indireta são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não SM na Safra 2025/26. **(f) Reforma tributária** Em 20/12/2023, foi pro-mulgada a Emenda Constitucional ("EC") n° 132, que estabelece a circunstâncias indicarem indícios de perda do valor recuperável (*im*in na Safra 2025/26. **(f) Reforma tributária** Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") n° 132, que estabelece a circunstâncias indicarem indícios de perda do valor recuperável (impairment). Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor conclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de reconhecida seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais sibil do ativo exceda seu valor recuperável. alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma Unidade Geradora de As transações com partes relacionadas ocorrem em condições noraminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 Caixa - UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins lias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos ("To Administração da Companhia é composta por seus acionistas, diferidos apurados no exercício sobre o prejuízo fiscal e base dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - (UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são como administradores. 7. Outros ativos financeiros Os outros ativos função da incerteza sobre o período necessário para sua das por impairment na data do balanço. 3. Principais usos de estimadirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de tivas e julgamentos As estimativas e os julgamentos contábeis são mente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideraois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da das razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Comeforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do panhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estiresultados reais. Em 31/03/2025 e 2024, as principais estimativas e endentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da eforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social são: (a) Imposto de renda, con-

(8.057) 7.502 (1.081) 31.983 - 8.237 signados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Companhia detém outros instrumentos patrimoniais listados (ações tribuição social e outros tributos A Companhia está sujeita ao reconhecimento do imposto sobre a renda, contribuição social sobre o lucro líquido. É necessário um julgamento significativo para determina demonstração do resultado. Dividendos e juros sobre o capital nar a provisão necessária para o registro do diferimento desses tribu-tos. Em muitas operações, a determinação final do tributo é incerta próprios recebidos sobre esses investimentos patrimoniais listados A Companhia também reconhece provisões por conta de situações resultado do exercício. Abaixo estão demonstrados os saldos em em que é provável que valores adicionais de tributos forem devidos Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores ini-Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado **4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações fi**outros resultados abrangentes
Participação societária na São Martinho S.A. 16.146 24.203
Ativos financeiros ao valor nanceiras Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são compostas por títulos e valores mobiliários, representados por fundos de investimentos em renda fixa, que são mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado com vencimento original superior a três meses, entretanto podem ser prontamente resgatados, estando sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

759 (8.057)(48,436) 43 43 2.147 39.850 79.677 79.677 942 209.548 (10.389) 31.368 69.659 68.883 332.729 2.147 1.091.364 Litígio Parcelamento Simplificado 3.055 (Nota 13) Adições 1.684 Encargos financeiros Pagamentos Saldo em 31 de março de 2025 nto são como seguem: Exercício de  $1^{\circ}$  de abril de 2026 a 31 de março de 2027 Exercício de  $1^{\circ}$  de abril de 2027 a 31 de março de 2028 2025 1.851 6. Partes relacionadas (a) Saldos Ativo circulante Em dividendos a receber . Luiz Ometto Participações S.A. 2025 2024 20.031 24.734 Em Partes relacionadas - contas correntes (i) . GMO Empreendimentos e Participações Ltda. . Grace Campos Ometto . MCOT Participações Ltda. 24.734 Ativo não circulante Auvo nad circularia Em Partes relacionadas - mútuos (i) .MCOT Participações Ltda. .GMO Empreendimentos e Participações Ltda. .Marcelo Campos Ometto . Márcia Campos Ometto Tank Passivo circulante Em dividendos a pagar . Grace Campos Ometto Em devolução de capital (ii): . MCOT Participações Ltda. . GMO Empreendimentos e Participações Ltda. . Marcelo Campos Ometto 2.905 17.400 (i) No ativo circulante, refere-se a pagamentos de dividendos realizados a maior. No ativo não circulante, correspondem a saldos de mútuos, para os quais não há incidência de juros e definição de prazo para devolução. (ii) Refere-se a saldo remanescente a pagar pela redução de capital social no valor de R\$ 350.000, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/07/2024, que serão liquidados no próximo exercício (Nota 10(a)). (b) Movir (b.1) Movimentações ocorridas no ativo Em 1º de abril 1 Provisão de dividendos e JCP a receber 2025 2024 307.333 253.360 (Nota 8(a)) Recebimentos de dividendos e JCP Repasses a partes relacionadas Compensações entre ativos e passivos (3.849) (4.154) 22.828 307.333 Saldo em 31 de março Tributos sobre adições (exclusões) permanent . Resultado de equivalência patrimonial . Juros sobre o capital próprio Em 1º de abril Reversão de dividendos a pagar (Nota 10(e)) Dividendos e JCP a pagar (Nota 10(e)) Pagamento de dividendos e JCP (21.010) ragamento de dividendos e JCP Devolução de capital social (Nota 10(a)) Capital social efetivamente devolvido Recebimentos de partes relacionadas Compensações entre ativos e passivos IRRF Saldo em 31 de março 2025 2024 (38) que dispensam remuneração anual pela prestação de seus serviços tiva de contribuição social não são reconhecidos contabilme societária (instrumentos patrimoniais) de 0,24% na usina São Marti- Extraordinária (AGE) realizada em 11.07.2024, os acionistas nho S.A. detida pela Companhia, caracterizada pela ausência de qual-quer influência significativa nas decisões operacionais e financeira, de R\$ 350.000 sem alteração do número de ações. Deste m em que no reconhecimento inicial, a Companhia optou, em carácter

> justo por meio do resultado Participação societária em entidades diversas 2.158 2.388 18.304 26.591 As movimentações ocorridas durante os exercícios são assim Martinho S.A. diversas 21.075 1.874 3.128 1.178 Resgates Saldo em 31 de março de 2024 Perdas na variação do valor justo (i) (137 (315 Saldo em 31 de março de 2025 16.146 (i) Em relação as ações da São Martinho S.A., a variação negativa do valor justo ocorreu devido a ação SMTO3 encerrar o ano safra cotada a R\$ 20,70 (2024 - R\$ 31,03), refletindo uma queda de 32,29% no <u>.A.</u> 124 (0) 42 66

2025

		Luiz Omett		
	Participações S./			
formações sobre a investida:	2025	202		
uantidade de ações possuídas				
Ordinárias	7.837.681	7.837.68		
ercentual de participação	49,55350%	49,55350		
apital social	1.000.000	500.00		
icro líquido do exercício	170.215	458.71		
ividendos e juros sobre capital				
róprio propostos	(126.267)	(170.39)		
atrimônio líquido em 31 de março	2.137.242	2.110.34		
lovimentação dos investimentos:				
aldo em 1º de abril	1.045.748	896.36		
juste reflexo por aquisição e				
eversão deliberados no exercício	(57.482)	(1.83		
agamento de bônus de ações	(/	(=:==		
m tesouraria reflexa	901			
anhos decorrentes de mudanças	301			
le participação acionária	39.850	1.03		
esultado com derivativos - hedge	39.630	1.03		
	8.237	7.45		
ccounting de coligada indireta ividendos adicionais e reversões	8.237	7.17		
eliberados no exercício	(16.878)			
eversão de dividendos não				
eclamados prescritos reflexa	3			
eitos reflexos de ajustes				
le avaliação patrimonial	43	14		
quivalência patrimonial do exercício	84.347	227.31		
ividendos e juros sobre				
apital próprio distribuídos	(45.691)	(84.43)		
aldo final em 31 de março	1.059.078	1.045.75		
-	2025	202		
otal de ações SM em circulação	328.577.791	345.830.66		
otal de ações em posse da LJN	190.242.864			
de ações em posse da LJN	57,90%	55,01		
ariação no total de ações				
m posse da LJN	2,89%	0,09		
ase de cálculo do ganho				

Futuro, opções e contratos a termo Derivativos de câmbio - Opções / NDF Futuro, opções e contratos a termo 862 (2.404) Derivativos de câmbio - Opções / NDF Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance) Tributos diferidos sobre os itens acima Mudanças no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (7) Resultado abrangente do exercício Reflexos de ajustes intermediários durante o exercício 56.217 (70 Total base para ganho da mudança de participação Ganhos decorrentes de mudança de 6.755.579 6.3 participação acionária na LJN Pagamento de dividendos deduzidos na mudança da participação Base para ganho decorrentes de mu (3.134) 191.999 391.604.087 391.6 dança de participação acionária na LJN Total de ações LIN
Total de ações em posse da LOP
% de ações em posse da LOP
Base para ganho decorrentes de mu 161.387.814 161.3 41,21% dança de participação acionária na LOP Total de ações LOP Total de ações em posse da Dimas % de ações em posse da 80.428 15.816.592 7.837.681 Dimas sobre a LOP Ganhos decorrentes de mudança 49,55% de participação acionária reflexa 39.850 (i) O ganho na mudança de participação acionária na Compa reflexo da movimentação das ações em tesouraria da São M S.A. ocorrida durante o exercício. (b) Comentários sobre o i mento A LOP é uma holding que tem como principal investin participação societária no capital da LJN que, por sua vez, é co dora da São Martinho S.A., companhia de capital aberto que a atividade sucroenergética com a produção de álcool, açúcar gia elétrica derivados da cana-de-açúcar. 9. Imposto de renda tribuição social O imposto de renda e a contribuição social co e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% ac do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de para imposto de renda e, 9% sobre o lucro tributável para con ção social sobre o lucro líquido. As despesas com imposto de e contribuição social compreendem os tributos correntes e dif Os tributos corrente e diferido são reconhecidos no resultado nos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhec patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O diferido é reconhecido com relação às diferenças temporária: os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e respondentes valores usados para fins de tributação. Tributo d ativo é reconhecido para os prejuízos fiscais e diferenças temp que não foram utilizados na extensão em que seja provável que lucro tributável disponível para permitir a utilização dos re prejuízos. É mensurado pelas alíquotas que se espera serem das às diferenças temporárias quando elas revertem, basea nas leis que foram decretadas ou substantivamente decreta a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os a passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direi de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relaa impostos de renda e contribuições sociais lançados pela r autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tribu Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido nhecido por prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutív utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à trib estejam disponíveis, contra os quais serão utilizados. (a) Sa imposto de renda e a contribuição social são apresentados líc por entidade contribuinte, no passivo quando houver monta pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente excedem o total devido na data das demonstrações financeir 31/03/2025, os saldos de imposto de renda e contribuição so tão representados da seguinte forma: Imposto de renda e contribuição social, a recolher (b) Reconciliação da alíquota Os encargos de imposto de e contribuição social são reconciliados com as alíquotas vi

7.752 (1.039) (5) 174 . Perda no mercado de ações . Dividendos recebidos Efeito da diferença do adicional de alíquota Tributos diferidos sobre saldo de prejuízo, não registrados (i) Tributos no resultado Alíquota efetiva de IR e CS Reconciliação de tributos registrados no resultado IR e CS correntes ção. 10. Patrimônio líquido (a) Capital social Em Assemble capital social passou de RS 650,000 para RS 300,000, Em 12/12 conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinário (AG acionistas aprovaram aumento de capital social da Compani As variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados reserva de retenções de lucros no montante de R\$ 200.00 As variações no vario plasto aco recomirectuas em outros restriados abrangentes, dentro do patrimônio líquido, exceto os dividendos alterar o número de ações. Deste modo, o capital social pas e juros sobre o capital próprio recebidos que são reconhecidos no R\$ 300.000 para R\$ 500.000. No final do exercício de 2025 resultado do exercício em "Receitas financeiras". Adicionalmente, a pital social, totalmente subscrito e integralizado no monta R\$ 500.000 (2024 - R\$ 650.000), está representado por 7.837 diversas), os quais são apresentados no balanço patrimonial ao mesmo em 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas nal. (b) Ações em tesouraria de coligada indireta Por se tr nhecidos ao custo de aquisição e reconhecidos em conta resão reconhecidos como "Receitas financeiras" na demonstração do do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido monstração do resultado na compra, venda, emissão ou cance to de instrumentos patrimoniais próprios de coligada indireta 2024 30/09/2024, foi aprovado em reunião do Conselho de Admini da SM, o cancelamento de 13.939.675 ações em tesouraria tura do 8º Programa de recompra de ações limitado a 10.0 ações. Abaixo, segue a movimentação ocorrida no exercício Aquisição mento de de bônus com ações ações ações

recebidos de investidas Juros sobre o capital próprio

(27.219)

28.678

(8.724)

dade Preço	544.400	17.532.000	(279.125)	(13.939.675)	3.857.60
médio					
(reais)	29,99	28,31	(28,19)	(29,73)	23,4
Montan-					
te total	16.325	496.309	(7.869)	(414.442)	90.32
A Comp	anhia rec	onheceu os e	efeitos reflex	os do cancela	mento de
ações er	n tesoura	ria de R\$ 48.	436 para aqı	uisição de açõ	es, R\$ 901
para pag	amentos	de bônus de	ações em te	souraria e R\$	701 como
perdas d	decorrente	es de particip	pação acioná	ária. (c) Ajuste	es de ava-
liação pa	atrimonia	I de investid	as (reflexos)	(c.1) Demeed	cost Cor-
respond	em a mai	s-valia de cus	sto atribuído	de terras, ed	ificações e
dependê	ncias, equ	uipamentos e	instalações i	ndustriais, veíd	ulos e má-
quinas e	impleme	ntos agrícolas	das coligada	a indiretas SM,	ABV e Pa
ramirim.	Os valore	s estão regist	rados líquido	os dos efeitos t	ributários
são reali	zados con	n base nas de	preciações,	baixas ou alier	nações dos
respectiv	os bens e	os montante	es apurados o	da realização s	ão transfe
ridos pai	ra a rubrio	a lucros acun	nulados. (c.2	) Hedge accou	inting Cor-
respond	e aos resu	Itados de ope	erações com	instrumentos f	inanceiros
derivativ	os não re	alizados/liqui	dados da col	igada indireta	SM, classi-
ficados c	omo hed	ge accounting	g. O saldo me	encionado é re	vertido do
patrimô	nio líquido	em etapas,	na proporçã	io em que occ	orrerem os
vencime	ntos/emb	arques das o	perações cor	relatas. (c.3) V	ariação no
valor jus	to de ativ	os financeiro	s Correspond	dem a variação	reflexa de
valor jus	tos, prove	nientes da pe	equena partio	cipação societá	iria na SM
que fora	m designa	ados, inequiv	ocadamente,	, ao valor justo	por meio
de outro	s resultad	os abrangent	es. (d) Reser	va de lucros (	d.1) Reser
va legal	A reserva	legal é const	ituída anuali	mente com a	destinação
de 5% d	o lucro líq	uido do exer	cício e não p	oderá excedei	a 20% do
capital so	ocial. A re	serva legal te	m por fim as	segurar a inte	gridade do
capital so	ocial e son	nente poderá	ser utilizada	para compens	ar prejuízo
e aumer	tar o capi	ital. Em 31/0	3/2025 foi co	onstruído o mo	ontante de
R\$ 3.984	(2024 - R	\$ 11.193) de	reserva de le	gal. O saldo rei	nanescen-
te de luc	ros acum	ulados e/ou d	do lucro líqui	do do exercício	o foi trans
ferido pa	ara a cont	a de reserva	de lucros. (d	l.2) Reserva de	e retenção
A reserv	a de reter	nção reflete o	s valores des	stinados para	orçamento
de capita	al da coliga	ada indireta S	M, cuja funçã	ão é de obter r	ecursos de
investim	entos na	ampliação da	capacidade	produtiva e e	m diversos
projetos	de aperfe	içoamento de	e processos e	e capital de giro	o. (d.3) Re
serva de	incentive	os fiscais refl	exa A coligad	da indireta SN	, participa
do progr	ama de in	centivo fiscal	iunto ao esta	ado de Goiás n	a forma de

diferimento do pagamento do imposto sobre Circulação de Merca dorias e Serviços - ICMS incidentes sobre a comercialização de etano

hidratado, denominado "Programa de desenvolvimento Industrial

Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro líquido do exercicio Ajustes de receitas e	Nota	79.677	223.857
despesas que não envolvem caixa Juros, variações monetárias, líquidas	o	(1.733) (84 347)	(4.569) (227 311)
IR e CS corrente	9(b)	(84.347) 380 (6.023)	(227.311) <u>5.458</u> (2.565)
Tributos a recuperar Outros ativos		(3.109)	1.511 665
Outros passivos		(6.063)	95 (294) (419)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(8.562)	(419) (713)
Aplicações financeiras Outros ativos financeiros	mento	9.459 315	(724) -
e juros sobre capital próprio Caixa líquido gerado pelas	6(b)	43.015	66.309
		<b>52.789</b> os (37.666)	65.585
Mútuo com partes relacionadas Pagamentos de dividendos	6(b)	15.988	(40.000) (22.959)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	0(2)		(62.959)
caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de		(6.830)	1.913
Caixa no inicio do exercicio Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	<u>6.844</u> <u>14</u>	4.931 6.844
da reserva de lucros. (e) Dividendos e ju	ıros sol	bre o capi	tal próprio
lucro líquido do exercício, após deduzido	s os pre	ejuízos acu	mulados e
sobre capital ("JCP") próprio para os aci conhecida como um passivo nas demon	onistas straçõe	da Compa s financei	anhia é re- ras ao final
do mínimo obrigatório somente é provis	ionado	na data e	m que são
ral Ordinária realizada em 12/12/2024, reversão do saldo remanescente de divid	os acio dendos	nistas del mínimos	beraram a a pagar no
deliberados R\$ 12.943 como dividendos	adicion	ais, os qua	is já foram
o exercício de 2025, a Companhia provis te o montante de R\$ 9.858 de JCP (2024	ionou e – R\$ 1	pagou in 2.989). Se	tegralmen- ndo assim,
acrescentando o total de dividendos pag	gos via .	JCP, foi de	R\$ 22.799
Companhia deliberou pela provisão de di rios no montante de R\$ 7.569 (2024 - R\$	vidend 21.266	os mínimo i), o qual s	s obrigató- erá, poste-
a ser realizada. 11. Lucro por ação O lu	cro bás	sico é calc	ulado pela
tidade média ponderada de ações ordin o exercício.		n circulaç	ão durante
aos acionistas das Companhia Quantidade média ponderada		79.677	223.857
das ações ordinárias no exercício - lotes de mil Lucro básico e diluído por ação - em R\$	(i)	7.838 10,17	7.838 28,56
(i) O lucro básico por ação e o lucro dilui fato de a Companhia não possuir nenhu	ído por ım inst	ação são rumento o	iguais pelo om o efei-
líquidas	12. R		2024 349
Receita operacional líquida	r natur		349
Impostos parcelados (Nota 5(b)) Impostos e taxas Servicos de terceiros		(3.055) (2.678)	(2.876)
Serviços de terceiros Aluguéis e condomínios Outras despesas		(38) (46)	(588) (30) (35) (3,529)
14. Resultado financeiro Receitas financeiras decorrentes de:	,	2025	2024
Rendimentos de aplicações financeiras Dividendos de ações Outras receitas financeiras		5.009 511 775	5.916 706 <u>69</u>
Despesas financeiras decorrentes de: Perdas com aplicações			6.691
financeiras de renda variável Multa e juros de mora Outras despesas financeiras		(3.175) (827) (65)	(1.347) (134) (26)
Resultado financeiro 15. Gerenciamento de riscos A Compan	hia, atr	2.228	(1.507) 5.184 ua coligada
indireta, está exposta a riscos de mercad ção cambial, volatilidade de preço de co	o, que ommod	inclui risco ities e tax	os de varia- a de juros,
o gerenciamento de risco é fundament	al para	ı: (i) moni	toramento
contratadas; (ii) as estimativas do valor d os limites de exposição cambial e dos	le cada preços	risco tend de venda	o por base do açúcar
lecimento de limites de alçada de aprov	ação p	ara a cont	ratação de
proteção contra variação cambial e volati mentos financeiros derivativos são contr	lidade o atados	dos preços exclusivar	. Os instru- nente com
açúcar e etanol da coligada indireta contr	a riscos	s de variaç	ão cambial
são efetuadas operações com instrumen peculativos ou para proteção de ativos o	itos fina ou passi	anceiros co vos financ	om fins es- eiros. <b>15.1</b>
A Companhia, através de sua controla i	ndireta	, segue a	prática de
No que diz respeito aos empréstimos e nacional, ocorre uma mitigação natural d	financi o risco	iamentos de flutuaç	em moeda ão de taxas
a taxas pós-fixadas. Com relação aos em	préstin	nos e finar	ciamentos
reta, entende que os juros reagem aos de forma que, quando apresentam au	movim mento,	nentos da de mane	economia, ira geral a
sua controla indireta, pratiquem preços	de vei	nda acima	da média
por meio de contratação de operações nanceiras de primeira linha que atender	apena n aos o	s em inst	ituições fi-
de riscos da Companhia que controlam i		mant-	Ov ~
tanto em derivativos quanto em aplicaçõ de concentração máxima em função do r	es fina	nceiras, co	m critérios
de concentração máxima em função do r ra. Com relação ao risco de crédito de c anualmente o risco de crédito associado	es finar ating da lientes, a cada	nceiras, co a instituiçã . a Compa um deles,	m critérios lo financei- nhia avalia e também
de concentração máxima em função do r ra. Com relação ao risco de crédito de c	es finar ating da lientes, a cada liente, identif	nceiras, co a instituiçã , a Compa um deles, atribuindo ficado. <b>15</b> .	m critérios o financei- nhia avalia e também um limite 3 Risco de
de concentração máxima em função do r ra. Com relação ao risco de crédito de c anualmente o risco de crédito associado sempre que há a inclusão de um novo c individual de crédito em função do risco liquidez O Departamento Financeiro mor das exigências de liquidez da Companhia xa suficiente para atender às necessidac	es finar ating da lientes, a cada liente, identif nitora as para as les ope	nceiras, co a instituiçã a Compa um deles, atribuindo ficado. 15. s previsõe: segurar qu racionais.	m critérios de financei- nhia avalia e também o um limite 3 Risco de s contínuas ue haja cai- Por isso, o
de concentração máxima em função do r ra. Com relação ao risco de crédito de c anualmente o risco de crédito associado sempre que há a inclusão de um novo o individual de crédito em função do risco liquidez O Departamento Financeiro mor das exigências de liquidez da Companhia	es final ating da lientes, a cada liente, identifi nitora as para as les ope derande, tambe	nceiras, co a instituiçã , a Compa um deles, atribuindo ficado. 15. s previsões segurar quaracionais. o o saldo ém corrob	m critérios o financei- nhia avalia e também o um limite 3 Risco de s contínuas de haja cai- Por isso, o do passivo orado pelo
de concentração máxima em função do r ra. Com relação ao risco de crédito de c anualmente o risco de crédito associado sempre que há a inclusão de um novo o individual de crédito em função do risco fluquidez O Departamento Financeiro mon das exigências de liquidez da Companhia xa suficiente para atender às necessidas julgamento é de que não há risco consi circulante maior do que o ativo circulante fato do passivo ser composto, em sua m relacionadas. O excesso de caixa mantid nais, além do saldo exigido para adminis	es final ating da dientes, a cada diente, identifiatora as para as des ope derandes, tambo naioria, o pelas tração	nceiras, co a instituiçã, a Compa um deles, atribuindo ficado. 15. s previsõe: ssegurar quacionais. o o saldo dem corrob de saldo o entidade: do capital	m critérios io financeinhia avalia e também um limite 3 Risco de 6 contínuas de haja cai-Por isso, o do passivo ocom partes s operacio-circulante,
de concentração máxima em função do r ra. Com relação ao risco de crédito de c anualmente o risco de crédito associado sempre que há a inclusão de um novo o individual de crédito em função do risco liquidez O Departamento Financeiro mor das exigências de liquidez da Companhia xa suficiente para atender às necessidac julgamento é de que não há risco consi circulante maior do que o ativo circulante fato do passivo ser composto, em sua m relacionadas. O excesso de caixa mantid	es final ating de lientes, a cada liente, i identifi itora as para as les ope derande, tambe atioria, o pelas tração dência e valor	nceiras, co a instituiçã, a Compa um deles, atribuindo ficado. 15. s previsõe. s egurar qu racionais. o o saldo de saldo o entidade: do capital de juros, o res mobilia	m critérios o financei- nhia avalia e também o un limite 3 Risco de s contínuas ue haja cai- Por isso, o do passivo orado pelo com partes s operacio- circulante, lepósitos a dirios, esco-
de concentração máxima em função do r ra. Com relação ao risco de crédito de c anualmente o risco de crédito associado sempre que há a inclusão de um novo o individual de crédito em função do risco liquidez O Departamento Financeiro mor das exigências de liquidez da Companhia xa suficiente para atender às necessidas julgamento é de que não há risco consi- circulante maior do que o ativo circulante fato do passivo ser composto, em sua m relacionadas. O excesso de caixa mantid nais, além do saldo exigido para adminis é investido em contas correntes com inci prazo, depósitos de curto prazo e títulos lhendo instrumentos com vencimentos a ciente para fornecer margem conforme ca cima mencionadas. 16. Classificação e ve	es final ating da dientes, a cada diente, i identifi nitora as para as para as des ope derande, tambo aioria, o pelas tração dência e valor apropris determi alor justa	nceiras, coa instituiçã a Compa um deles, atribuindo ficado. 15. s previsõe: ssegurar qua racionais. o o saldo de sal	m critérios o financei- nhia avalia  e também  um limite  3 Risco de  s contínuas  ce haja cai- Por isso, o  do passivo  orado pelo  com partes  s operacio- circulante,  lepósitos a  irios, esco- juidez sufi- s previsões  trumentos
de concentração máxima em função do r ra. Com relação ao risco de crédito de c anualmente o risco de crédito aces anualmente o risco de crédito associado sempre que há a inclusão de um novo o individual de crédito em função do risco liquidez O Departamento Financeiro mor das exigências de liquidez da Companhia xa suficiente para atender às necessidas julgamento é de que não há risco consi circulante maior do que o ativo circulante fato do passivo ser composto, em sua m relacionadas. O excesso de caixa mantid nais, além do saldo exigido para adminis é investido em contas correntes com inci prazo, depósitos de curto prazo e títulos lhendo instrumentos com vencimentos a ciente para fornecer margem conforme c	es final ating da dilentes, a cada dilente, i identif intora as para as des ope derand e, tamb naioria, o pelas tração dência e valor apropria determi alor jus nia apre patrimo patrimo	nceiras, co a instituiçã a Compa um deles, atribuindo ficado. 15. s previsõe: ssegurar qui racionais. o o saldo ém corrob de saldo o entidade: do capital do capital do so u lio ados ou lio nado pela sto dos ins ssenta os senta os sonial pelo	m critérios o financei- nhia avalia  e também  um limite  3 Risco de  s contínuas  ue haja cai- Por isso, o  do passivo  orado pelo  com partes  s operacio- circulante,  lepósitos a  irrios, esco- juidez suff- s previsões  trumentos  instrumen- valor justo,
de concentração máxima em função do r ra. Com relação ao risco de crédito de c anualmente o risco de crédito associado sempre que há a inclusão de um novo o individual de crédito em função do risco líquidez O Departamento Financeiro mor das exigências de liquidez da Companhia xa suficiente para atender às necessidar julgamento é de que não há risco consi circulante maior do que o ativo circulante fato do passivo ser composto, em sua m relacionadas. O excesso de caixa mantid nais, além do saldo exigido para adminis é investido em contas correntes com inci prazo, depósitos de curto prazo e títulos lhendo instrumentos com vencimentos a ciente para fornecer margem conforme acima mencionadas. 16. Classificação e v financeiros 16.1 Valor justo A Companh tos financeiros mensurados no balanço p	es final atting di dilentes, a a cada a cada a cada a cada para as les ope derand derand derand derand derand derand derand rias propri letermi alor jus in a apre propri letermi alor jus in a apre propri p	nceiras, co a instituiçã, a Compa um deles, atribuindo ficado. 15. s previsõe: s segurar qua racionais. o o saldo o o saldo o o saldo o entidade: entidade: res mobilia rados ou lificado pela sto dos ins ssenta os senta pelo nível com nercados a ões, além	m critérios o financei- nhia avalia  e também  um limite  3 Risco de  s contínuas  ue haja cai- Por isso, o  do passivo  orado pelo  com partes  s operacio- circulante, lepósitos a  irios, esco- juidez sufi- s previsões  trumentos  instrumen- valor justo, o  segue: •  ativos para  dos preços  dos preços  dos precos  dos precos  ativos para  dos preços  dos precos  dos  dos precos  dos  dos precos  dos  dos  dos  dos  dos  dos  dos  d
	atividades operacionais Lucro líquido do exercício Ajustes de receitas e despesas que não envolvem caixa Juros, variacões monetárias, líquidas Resultado de equivalência patrimonial IR e CS corrente  Variações nos ativos e passivos Tributos a recuperar Outros ativos Tributos a recuperar Outros passivos  IR e CS pagos  Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais Fluxo de caixa das atividades de investi Aplicações financeiras Outros ativos financeiras Caixa líquido aprica de capital próprio Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos (Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos (Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no finicio do exercício Caixa líquido aproviação de car reserva de lucros. (e) Dividendos e ju Aos acionistas é assegurado dividendo r lucro líquido do exercício caix e equivalentes de caixa no finicio do exercício caixa e equivalentes de caixa no finicio do exercício caixa e equivalentes de caixa no finicio do exercício caixa e equivalentes de caixa no finicio do exercício caixa e equivalentes de caixa no finicio do exercício caixa e equivalentes de caixa no finicio do exercício caixa e equivalentes de caixa no finicio do exercício caixa e equivalentes de caixa no finicio do exercício caixa e exercício caixa e exercício caix	atividades operacionais Lucro líquido do exercicio Ajustes de receitas e despesas que não envolvem caixa Juros, variações monetárias, líquidas Resultado de equivalência patrimonial Re CS corrente Secupear Outros ativos Tributos a recuperar Outros ativos Tributos a recolher Outros passivos Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos Aplicações financeiras Custros ativos financeiros Recebimentos de dividendos e juros sobre capital próprio (Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos Situso de caixa das atividades de financiament Devolução de capital próprio (Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos (Redução) aumento de Caixa e equivalentes de Caixa no inicido aplicado nas atividades de investimentos (Redução) aumento de Caixa e equivalentes de Caixa no final do exercício Caixa e equivalentes de Caixa no final do exercício adas e equivalentes de Caixa no final do exercício, após deduzidos os pra apropriação da reserva legal. A distribuição do sobre capital ("CP") próprio para os acionistas conhecida como um passivo nas demonstraçõe do exercício, com base em seu estatuto social. do mínimo obrigatório somente é provisionado aprovados pelos acionistas, em Assembleia Gera al Ordinária realizada em 12/12/2024, os acio reversão do saldo remanescente de dividendos aprovados pelos acionistas, em Assembleia Gera al Ordinária realizada em 12/12/2024, os acio reversão do saldo remanescente de dividendos adicion pagos durante o exercício mediante JCP (2024 – RS 12.62 (20	atividades operacionals Lucro líquido do exercicio Ajustes de receitas e despesas que não envolvem caixa Juros, variações monetárias, líquidas Resultado de equivalência patrimonial IR e CS corrente  Variações nos ativos e passivos Tributos a recuperar Outros ativos Tributos a recuperar Outros passivos Tributos a recuperar Outros passivos  Re CS Dagos Aplicações nos ativos e passivos Tributos a recuperar Outros passivos  Re CS Dagos Aplicações financeiras Aplicações por capital próprio Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos Pluvo de caixa das atividades de financiamentos Pluvo de caixa das atividades de financiamentos Pluva de caixa das atividades de financiamentos Redução) aumento de Caixa e equivalentes de caixa

lo dividendo mínimo obrigatório de 5% do após deduzidos os prejuízos acumulados e legal. A distribuição de dividendos e juros rio para os acionistas da Companhia é revo nas demonstrações financeiras ao final seu estatuto social. Qualquer valor acima nente é provisionado na data em que são em Assembleia Geral. Em Assembleia Ge-12/12/2024, os acionistas deliberaram a scente de dividendos mínimos a pagar no 2024 - R\$ 14.747), Adicionalmente, foram no dividendos adicionais, os quais já foram mediante JCP (2024 - R\$ 9.970). Durante npanhia provisionou e pagou integralmen 8 de JCP (2024 – R\$ 12.989). Sendo assim, pagou aos acionistas durante o exercício dividendos pagos via JCP, foi de R\$ 22,799 rcício findo em 31/03/2025, a diretoria da provisão de dividendos mínimos obrigató 569 (2024 - RS 21.266), o qual será, posteprovação pelos acionistas em Assembleia por ação O lucro básico é calculado pela aos acionistas da Companhia pela quande ações ordinárias em circulação durante

2025 2024 79.677 223.857 7.838 10,17 28,56 ação - em R\$ (i) e o lucro diluído por ação são iguais pelo possuir nenhum instrumento com o efeiado por ação. 12. Receitas opera 2025 inistrativas por natureza 2025 (3.055) a 5(b)) (2.876) orrentes de: ável (65) (4.067) **2.228** cos A Companhia, através de sua coligada cos de mercado, que inclui riscos de varia de preço de commodities e taxa de juros, e liquidez. A administração entende que é fundamental para: (i) monitoramento osição em função dos volumes de vendas ivas do valor de cada risco tendo por base ambial e dos preços de venda do açúcar são de fluxos de caixa futuros e o estabeçada de aprovação para a contratação de Jestinados à precificação de produtos e à ambial e volatilidade dos preços. Os instrutivos são contratados exclusivamente com e proteger as operações de exportação de indireta contra riscos de variação cambial do açúcar no mercado internacional. Não com instrumentos financeiros com fins esção de ativos ou passivos financeiros. 15.1 u valor justo associado com taxa de juros sua controla indireta, segue a prática de nciamentos indexados a taxas pós-fixadas. empréstimos e financiamentos em moeda gação natural do risco de flutuação de taxas plicações financeiras são todas indexadas elação aos empréstimos e financiamentos Companhia, através de sua controla indios reagem aos movimentos da economia, presentam aumento, de maneira geral a permitindo que a Companhia, através de tiquem preços de venda acima da média édito A gestão de risco de crédito oco de operações apenas em instituições f a que atendem aos critérios de avaliação em função do rating da instituição financeide crédito de clientes, a Companhia avalia dito associado a cada um deles, e também de um novo cliente, atribuindo um limite nção do risco identificado. **15.3 Risco de** nanceiro monitora as previsões contínuas da Companhia para assegurar que haja caiativo circulante, também corroborado pelo sto, em sua maioria, de saldo com partes caixa mantido pelas entidades operacio para administração do capital circulante. entes com incidência de juros, depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escovencimentos apropriados ou liquidez sufiassificação e valor justo dos instrumentos to A Companhia apresenta os instrumen las mensurações por nível como segue: (não ajustados) em mercados ativos para Nível 2 - informações, além dos preços 1, que são adotadas pelo mercado para o amente (ou seia, como precos) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seia, premissas não observáveis). A determinação do valor justo dos instrumentos financeiros contratados pela é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e o preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de precificação no mercado, que compreende avaliação do valor no de mercado futuro. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, especialmente considerando prazo e natureza. 16.2 Instrumen tos financeiros por categoria Ativos, conforme balanço patrimonial 2025 Aplicações financeiras Dividendos a receber Partes relacionadas Outros ativos financeiros Ações São Martinho S.A. Outros ativos financeiros Ações diversas 2025 Passivo, conforme balanço patrimo Parte relacionadas Dividendos a pagar 7.569 17.400 Devolução de capital Outros passivos (i) Ativos ao custo amortizado (ii) Ativos ao valor justo por meio do resultado (iii) Ativos ao valor justo por meio de outros

ção depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao alor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um 31/03/2025, remanescendo 28 parcelas a serem liquidadas até julho nvestimento em título de dívida que seja subsequentemente mensu-ado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resul-

de 2027. A movimentação dos tributos parcelados durante o exercício é a seguinte SP Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Dimas nho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para Ometto Participações S.A. ("Companhia"), respectivamente, que o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis mpreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e adotadas no Brasil. Base para Opinião Nossa auditoria foi conduzias respectivas demonstrações do resultado, do resultado abranda de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditopara o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos

Caixa e equivalentes de caixa . Bancos - contas correntes

. Certificado de depósito bancário - CDB (i)

Imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre:

. Juros sobre o capital próprio . Aplicações financeiras

butos a recolher é a seguinte

Parcelamento de tributos . Programa Litígio Zero (i) . Parcelamento simplificado (ii)

Aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliarios)

(i) Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") têm rendimentos correspondentes de 90,48% a 99% da variação do Certificado

diante a taxa ponderada de 101,07% sobre a variação do CDI (2024

(b) Tributos a recolher Em 31/03/2025 e 2024, a composição dos tri-

(i) Durante o exercício de 2025, a Companhia aderiu ao programa

nescendo 29 parcelas com vencimento final para agosto de 2027. (ii)

Simplificado no valor de R\$ 2.382. O parcelamento foi realizado em

especial de Parcelamento Litígio Zero no valor de R\$ 4.578, 28/08/2024. O valor total do parcelamento foi de R\$ 3.524, rema-

2025 2024

re Ef

da mudança de participação: PL SM no fim do exerício

Relatório de revisão dos auditores independentes auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa oninião. Outros assuntos Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior Os balanços patrimoniais, em 31 de março de gente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa ria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, 2024 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e ou- auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos in- tivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresenta- ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações dependentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios dos como valores correspondentes nas demonstrações financeiras financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Condo exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros

de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. Com a alteração na legislação, a lei 14.789/23 determinou a tributação dos incentivos fis-Aos acionistas da Dimas Ometto Participações S.A. Ribeirão Preto/ Ometto Participações S.A. em 31 de março de 2025, o desempe- de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades novembro de 2024, sem modificação. Responsabilidades da admi- contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser nistração pelas demonstrações financeiras A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres tração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos reauditores independentes, que emitiram relatório datado em 01 de lacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base acordo com as normas brasileiras e internacionais continua...

Durvalino Corrêa Junior - CRC 1SP222726/O-0 ValorUp Contabilidade Ltda - CRC2SP028584/O-2

que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditore

17. Eventos subsequentes Em julho de 2025, a Companhia apurou e provisionou o montante de R\$ 13.256 a título de JCP a pagar aos

são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, indepen dentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a audit<u>oria realizada de</u>

Página 6

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção cão do uso, pela administração, da base contábil de continuidade a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos ente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspec- de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o pro- operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações tiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com veniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações finan ase nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da audi- controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de ceiras representam as correspondentes transações e os eventos de oria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. smo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações cia de auditoria apropriada e suficiente referente às informações

ções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequa- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do Ribeirão Preto, 18 de Novembro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda. Giovani Ricardo Pigatto

# OMS: 840 milhões de mulheres no mundo foram alvo de violência

### Zerar déficit de 202 mil vagas em presídios custaria R\$ 14 bi

Para zerar o déficit de vagas em presídios no Brasil seriam necessários R\$ 14 bilhões para a construção de novas unidades com 202 mil vagas. O cálculo é da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

"São recursos para investimento e construção de unidades para suprir esse déficit de 200 mil vagas. E aí, por óbvio, precisaria de mais um tanto de recursos para custeio dessas unidades, porque vamos precisar de policiais penais, de contratos, pagar energia, alimentação", destacou o diretor de inteligência da Senappen Antônio Glautter.

O diretor da Senappen foi ouvido na quarta-feira (19) pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga o crime organizado, criada após a repercussão da operação policial no Rio de Janeiro que matou 121 pessoas.

Ao todo, o Brasil tem 702 mil pessoas privadas de liberdade, em 1.375 unidades prisionais, que somam um déficit de 40% de vagas. É a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (EUA) e da China.

A nível de comparação, o valor de R\$ 14 bilhões para a construção de presídios se aproxima dos R\$ 12 bilhões que a Polícia Federal (PF) estima que foram desviados na suposta fraude do Banco Master revelada nesta terça-feira.

O relator da CPI, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), ponderou que o Congresso Nacional tem aumentado penas contra os mais diversos crimes, o que levará a um aumento do encarceramento no Brasil.

"É preciso fazer o passo seguinte. Essa política de aumento do encarceramento Tem um custo, e esse custo não é pequeno. Nós temos uma decisão política tomada que vai levar a um aumento de encarceramento", disse o relator.

Vieira tem defendido que a CPI defina de onde sairão os recursos para custear a segurança pública no Brasil.

Ontem, a Câmara aprovou o Projeto de Lei (PL) Antifacção, que aumenta penas para membros de facção criminosas para 20 a 40 anos de prisão, com ao menos 85% da pena cumprida em regime fechado.

#### As facções no Brasil

O diretor Antônio Glautter informou ainda à CPI que a inteligência da secretaria de políticas penais calcula que existem hoje no Brasil 90 facções criminosas, sendo duas com atuação internacional, 14 com atuação regional e 74 com abrangência apenas local.

A forma de distribuição desses presos faccionados nas penitenciárias é desigual, muda de estado para estado. Algumas unidades da federação, como Espírito Santo (ES) e Goiás (GO), não fazem qualquer separação entre os membros de facções e outros presos.

"A regra nos estados é separar os presos por facção. Temos algumas exceções. O estado do Espírito Santo, por exemplo, é um estado que não faz divisão. O preso comum fica alocado com o preso faccionado", disse Glautter.

Falta de dados

Senadores reclamaram da fragilidade nos dados da inteligência sobre os presídios brasileiros e, em especial, de estudos que indiquem qual a melhor forma de alocar os presos de facções, como destacou o presidente da Comissão, senador Fabiano Contarato (PT-ES).

"Nós não temos dados de qual é o impacto se você separa os presos por facção ou não separa por facção. Nós não temos dados de que o percentual de reincidência ou dessa interlocução entre os presídios".

"Um Estado que não tem informação e não tem dados é um Estado com os olhos vedados. É um Estado que está tateando, cego. Então, como que você fala em política penitenciária?", questionou Contarato.

Para o relator, Alessandro Vieira, o trabalho de inteligência em presídios "ainda está no início".

"Existe uma dedicação, um esforço, mas nós não temos os dados que a gente entende serem fundamentais para uma boa gestão do sistema. A gente vai, ao longo da CPI, buscar esses dados e buscar também como fortalecer a instituição para que ela tenha, naturalmente, esse tipo de informação", explicou à Agência Brasil.

#### Problema histórico

O diretor de inteligência da Secretaria Nacional de Políticas Penais afirmou que o trabalho dele é interligar as inteligências de todos os estados, mas reclamou da alta rotatividade entre os responsáveis pela inteligência nas unidades da federação.

"Temos um problema, na Inteligência Penal, de uma rotatividade considerável. E, daí, a importância de sempre ter os pontos focais nos estados e dos eventos de integração, para que essas pessoas se conheçam, porque, embora seja [um trabalho] institucional, mas o conhecer é muito importante, o networking é muito importante", disse Antônio Glautter.

Glautter avaliou ainda, na CPI, que o problema do sistema penitenciário brasileiro é estrutural e histórico, atravessando todos os governos há décadas.

"A questão prisional brasileira é uma questão com problemas históricos, problemas orgânicos, problemas que não são desde o governo anterior, mas de longa data", avaliou.

Glautter lembrou que as duas principais facções criminosas do Brasil, Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital (PCC), nasceram dentro dos presídios no Rio de Janeiro e em São Paulo, contra o Estado, tendo em vista os massacres e torturas dentro das peni-

"Uma, na década de 70, no Rio de Janeiro [Comando Vermelho], e a outra, na década de 90, em São Paulo [PCC]. Foi um ambiente propício, ali, para que esses presos se associassem e se unissem. E essas uniões, que ocorreram, inicialmente, ali, no momento de prisional, tomaram as ruas, e, hoje, a gente tem esse problema, que, como digo, surgiu no ambiente prisional, dentro desse contexto histórico",

afirmou. (Agência Brasil)

Quase uma em cada três mulheres – cerca de 840 milhões em todo o mundo – já sofreu algum episódio de violência doméstica ou sexual ao longo da vida. O dado, divulgado na quarta-feira (19) pela Organização Mundial da Saúde (OMS), praticamente não mudou desde o ano 2000.

Apenas nos últimos 12 meses, 316 milhões de mulheres – 11% delas com 15 anos ou mais – foram vítimas de violência física ou sexual praticada pelo parceiro. "O progresso na redução da violência por parceiro íntimo tem sido dolorosamente lento, com uma queda anual de apenas 0,2% nas últimas duas décadas", destacou a OMS.

Pela primeira vez, o relatório inclui estimativas nacionais e regionais de violência sexual praticada por alguém que não seja o parceiro. E o caso de 263 milhões de mulheres com 15 anos ou mais. "Um número que, segundo especialistas, é significativamente subnotificado devido ao estigma e ao medo", alertou a OMS.

"A violência contra mulheres é uma das injustiças mais antigas e disseminadas da humanidade e, ainda assim, uma das menos combatidas", avaliou o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus.

'Nenhuma sociedade pode se considerar justa, segura ou saudável enquanto metade de sua população vive com medo", completou, ao citar que acabar com a violência sexual contra mulheres não é apenas uma questão política, mas de dignidade, igualdade e direitos humanos.

"Por trás de cada estatística, há uma mulher ou menina cuja vida foi alterada para sempre. Empoderar mulheres e meninas não é opcional, é um pré-requisito para a paz, o desenvolvimento e a saúde. Um mundo mais seguro para as mulheres é um mundo melhor para todos", concluiu Tedros.

A OMS alerta que mulheres vítimas de violência enfrentam gestações indesejadas, maior risco de contrair infecções sexualmente transmissíveis e depressão. "Os serviços de saúde sexual e reprodutiva são um importante pon-

to de entrada para que as sobrevi-

ventes recebam o atendimento de alta qualidade de que precisam". O relatório destaca ainda que a violência contra mulheres começa cedo, e os riscos persistem ao longo da vida. Ao longo dos últimos 12 meses, 12,5 milhões de

adolescentes com idade entre 15

e 19 anos (16% do total) sofre-

ram violência física e/ou sexual

praticada pelo parceiro. "Embora a violência ocorra em todos os países, mulheres em países menos desenvolvidos, afetados por conflitos e vulneráveis às mudanças climáticas são afetadas de forma desproporcional", ressaltou a OMS.

A Oceania, por exemplo, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, registrou uma taxa de prevalência de 38% de violência praticada por parceiro ao longo do último ano – mais de três vezes a média global, de 11%.

Segundo o relatório, mais países coletam dados para fundamentar políticas públicas de combate à violência contra a mulher, mas ainda existem lacunas significativas – sobretudo em relação à violência sexual praticada por pessoas que não são parceiros íntimos, e a grupos marginalizados como mulheres indígenas, migrantes e com deficiência.

Para acelerar o progresso global e gerar mudanças significativas na vida de mulheres e meninas afetadas pela violência, o documento apela para ações governamentais decisivas e financiamento com o objetivo de:

Ampliar programas de prevenção baseados em evidências; Fortalecer serviços de saúde,

jurídicos e sociais centrados nas sobreviventes:

Investir em sistemas de dados para monitorar o progresso e alcançar grupos mais vulneráveis;

Garantir a aplicação de leis e políticas que empoderem mulheres e meninas. (Agência Brasil)

## Governo programa 14 concessões de rodovias em 2026 e prevê R\$ 158 bilhões em investimentos

O governo federal prevê para o ano que vem a concessão de 14 rodovias, em um total de R\$ 158 bilhões em investimentos. Se confirmado, 2026 será o ano com o maior número de leilões do tipo na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A Folha de S.Paulo teve acesso a detalhes da carteira de projetos que será divulgada nos próximos dias pelo Ministério dos Transportes. Da oferta de 14 estradas federais, oito são novos trechos que serão leiloados. Outras seis rodovias são concessões atuais que tiveram seus contratos reformulados e que também serão oferecidas a investidores interessados.

Esses trechos somam 7.295 km de estradas. As obras previstas incluem 1.197 quilômetros de novas duplicações e 1.331 km de faixas adicionais. Os investimentos em infraestrutura totalizam R\$ 91 bilhões, além de R\$ 67 bilhões na operação dessas vias.

Pelo cronograma, no primeiro semestre de 2026, o governo vai leiloar três novos trechos: a Rota dos Sertões (BR-116/BA/ PE): a Rotas Gerais (BR-116/251/ MG) e a Rota Agro Central (BR-070/174/364/MT/RO).

Outras três rodovias que tiveram seus contratos otimizados com os atuais concessionários serão oferecidas em leilões simplificados: Régis Bittencourt (BR-116/SP/PR), Rota Arco Norte (BR-163/MT/PA) e Rota do Pequi (BR-060/153/DF/GO).

O calendário eleitoral não mexeu com a programação dos leilões para 2026. Seis deles estão marcados para ocorrer entre fevereiro e junho, enquanto os oito demais devem ser realizados entre julho e dezembro. Entre outubro e novembro, quando ocorrem as eleições no país, estão previstos quatro leilões de rodovias.

Na avaliação do especialista em infraestrutura Mauricio Portugal, sócio do Portugal Ribeiro & Jordão Advogados, a sinalização é de que o plano seja cumprido, mesmo em ano eleitoral.

O ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), deve deixar o comando da pasta em abril do ano que vem para concorrer ao governo de Alagoas.

"Não acho que o ano eleitoral vai impactar as concessões de rodovias. Se houver algum impacto, tende até a ser positivo, porque o ministro tem usado o resultado dos leilões como mote político para ele", disse.

O calendário fica mais intenso no segundo semestre. Há quatro novos blocos de rodovias que serão leiloados na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. Na região Nordeste, será oferecida a Rota 2 de Julho (BR-116/324/BA).

Outros três trechos estão localizados na região Sul país: Rodovias Integradas de Santa Catarina Lote 01 (BR-153/282/470/ SC), Rodovias Integradas de Santa Catarina Lote 03 (BR-153/282/ 480/SC), Rota Integração do Sul

(BR-116/158/290/392/RS) e Rota Portuária do Sul (BR-116/392/ Mais três concessões atuais

com contratos otimizados serão

colocadas em leilão: a Rota Lito-

ral Sul (BR-116/376/PR e BR-101/ SC), a Rota Planalto Sul (BR-116/ PR/SC) e a Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP). O Ministério dos Transportes pretende fechar os quatro anos do governo Lula com 36 concessões rodoviárias, soman-

do R\$ 405 bilhões. Foram dois leilões em 2023 (R\$ 30 bilhões de investimentos) e sete licitações em 2024 (R\$ 82 bilhões). Neste ano, devem ser concluidos 13 leilões (R\$ 135 bilhões).

Quando Tarcísio de Freitas estava à frente do então Ministério da Infraestrutura, entre 2019 e 2022, foram seis leilões de rodovias.

Para Isadora Cohen, sócia da ICO Consultoria, o cronograma previsto para 2026 mostra que a visão de que as concessões são uma chave para alavancar investimentos público e privado tem se consolidado, mesmo em um cenário macroeconômico classificado por ela como complexo.

A especialista ressalta que a elevada taxa de juros, em 15% ao ano, não tem afastado o investidor que mira retorno no longo prazo e que o ambiente regulatório também vem sendo trabalhado de forma a trazer mais competição para o setor.

"É um movimento positivo,

que tem viabilizado trechos, inclusive, que não são mais o filé do setor, com pacotes de trechos que podem ser mais leves em novos investimentos, mais voltadas à operação e manutenção, por exemplo", diz Cohen.

A previsão de investimentos privados nas rodovias em sete anos, entre 2023 e 2029, é de R\$ 218 bilhões. Segundo informações do Ministério dos Transportes, nos últimos 27 anos de 1995 até 2022 essa cifra foi de R\$ 129 bilhões (em valores

Até 2022, um total de 11.212 km de rodovias federais estavam sob gestão privada, equivalente a 17% de toda a malha federal, que chega a 66.610 quilômetros de estradas. Neste ano, esse volume de concessões saltou para 18.074 km, com 27% sob coman-

do de empresas. Confirmadas as concessões de 2026, serão 21.931 km de rodovias sob gestão privada, um terço das estradas federais. Cabe ao governo fiscalizar esses trechos, sob administração da ANTT (Agência Nacional de

Transportes Terrestres). A gestão petista tem planos de deixar mais 21 projetos contratados para serem oferecidos após 2026. A pasta de Renan Filho tem buscado viabilizar concessões de trechos federais com menor movimentação de usuários, oferecendo um modelo em que o poder público assume parte dos investimentos. (Folhapress)

## Apenas um em cada quatro trabalhadores por conta própria tem CNPJ

De cada quatro trabalhadores por conta própria no país, apenas um tinha registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) em 2024, ou seja, formalização da atividade. Eram 6,6 milhões de pessoas em um universo de 25,5 milhões de trabalhadores por conta própria.

Apesar da baixa cobertura, o dado mostra avanço em 12 anos. Em 2012, os conta própria com CNPJ eram 15% do total. Em 2019, um quinto (20,2%) e no último levantamento, divulgado na quar-

ta-feira (19), um quarto (25,7%). A constatação está em edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa traz dados anu-

ais desde 2012, exceto de 2020 e

2021, por causa da pandemia de covid-19, que inviabilizou a coleta de dados. Os 25,5 milhões de conta pró-

pria no país em 2024 representavam 25,2% dos 101,3 milhões de trabalhadores no Brasil em 2024. Em 2012 eles eram 22,4%. O registro no CNPJ pode re-

presentar vantagens ao trabalhador como emitir notas fiscais, acessar crédito e serviços bancários empresariais, contratar funcionários formais, além de benefícios previdenciários.

com registro no CNPJ por ramo

nho do negócio. O IBGE classifica os trabalhadores por conta própria em cinco grupamentos de atividade. Entre os segmentos, é possível perce-

ber desigualdades. O comércio é o grupo com maior parcela de revale a pena: "A formalização pode Proporção de conta própria

Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas: 33,2% Serviços: 31,5%

Indústria geral: 23,4% Construção: 15,2%

de atividade:

Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultu-O analista da pesquisa Willi-

am Kratochwill acredita que o baixo percentual de conta própria com CNPJ tem a ver com o tama-

'Como o empreendimento que eles têm ainda é pequeno, não veem essa necessidade, ainda não foram

demandados a ter uma formalização da sua atividade", avalia. Em alguns casos, acrescenta, a pessoa considera que não

acabar incorrendo em tributos e

coisas com as quais ela não está preparada".

Os dados mostram que quan-

to maior a escolaridade, maior adesão dos conta própria ao registro no CNPJ: Sem instrução e fundamental

incompleto: 11,2%

Fundamental completo e médio incompleto: 17,6% Médio completo e superior

incompleto: 27,9% Superior completo: 48,4%

"A baixa escolaridade, às vezes, limita a pessoa em relação ao conhecimento de como fazer [para se formalizar]", diz o pesquisador do IBGE.

A pesquisa mostra ainda que,

enquanto na população ocupada como um todo o nível de sindicalização é de 8,9%, entre os conta própria fica em 5,1%. (Agência Brasil)